

# mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 9 | AGOSTO 2004 |

24

# mercado de trabalho

## conjuntura e análise

| AGOSTO 2004 |

24

**MTE** MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E EMPREGO

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

**Governo Federal**

**Ministério do Trabalho e  
Emprego**

**Ministro** - Ricardo Berzoini  
**Secretário Executivo** - Alencar Rodrigues Ferreira  
Junior

**Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão**

**Ministro** - Guido Mantega  
**Secretário Executivo** - Nelson Machado

**ipea Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**  
Glauco Arbix

**Diretora de Estudos Sociais**  
Anna Maria T. Medeiros Peliano

**Diretor de Administração e Finanças**  
Celso dos Santos Fonseca

**Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**  
Luiz Henrique Proença Soares

**Diretor de Estudos Regionais e Urbanos**  
Marcelo Piancastelli de Siqueira

**Diretor de Estudos Setoriais**  
Mario Sergio Salerno

**Diretor de Estudos Macroeconômicos**  
Paulo Mansur Levy

**Chefe de Gabinete**  
Persio Marco Antonio Davison

# mercado de trabalho conjuntura e análise

## CORPO EDITORIAL

**Editor Responsável**  
Lauro Ramos

**Editor Assistente**  
Luiz Eduardo Parreiras

**Equipe**  
Gustavo Abrahão - estagiário\*  
Isalice Galvão Marinho - estagiária\*  
Valéria da Silva Ferreira - Programador SAS\*  
Raphael Soares - Programador SAS\*

\*Bolsista

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nem do Ministério do Trabalho e Emprego.

## AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

**Assessor Chefe de Comunicação**  
Murilo Lôbo

**Secretário Executivo do Comitê Editorial**  
Marco Aurélio Dias Pires

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	III
OPINIÃO DOS ATORES	1
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL Paul Singer	3
A EMERGÊNCIA E POTENCIALIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE Sonia Maria Rocha Heckert	7
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA Luigi Verardo	9
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	13
NOTA TÉCNICA	21
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES Marcio Porchmann	23
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: A CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DE TRABALHO E RENDA José Ricardo Tauile Huberlan Rodrigues	35
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO? Bruno Marcus F. Amorim Herton Ellery Araújo	45
ANEXO ESTATÍSTICO	53



# APRESENTAÇÃO

Ao encerrar-se o primeiro semestre, o mercado de trabalho apresenta uma série de números que apontam para a superação de um processo de deterioração que, excetuando-se o ano de 2000, vem marcando sua evolução desde 1997. São números que, mesmo não representando indicações inequívocas de que tal processo tenha sido superado, sinalizam de forma promissora nessa direção.

A partir da retomada clara do crescimento do nível de ocupação em março, esses sinais se estenderam à evolução da taxa de desemprego e também, ainda que de forma incipiente, aos indicadores de rendimentos. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o primeiro semestre se encerrou com uma variação média de 2,3% do nível de ocupação sobre igual período de 2003, com a taxa de junho alcançando a expressiva cifra de 3,3%, na comparação com junho do ano passado. A taxa de desemprego apresentou quedas consideráveis em maio e junho, como resultado não apenas do dinamismo da ocupação, mas também em razão da diminuição na quantidade de pessoas à procura de trabalho, o que provocou um recuo, nesse indicador, de 1,3 ponto percentual em junho em relação ao observado no mesmo mês do ano passado. Por sua vez, a ligeira melhoria que os rendimentos médios reais vêm apresentando permitiu que a massa salarial real superasse em 2,9%, no final do semestre, os valores observados em junho de 2003.

Quanto às perspectivas para os próximos meses, deve-se observar uma continuidade na atual evolução do nível de ocupação, incluindo a ampliação expressiva da quantidade de empregos com carteira, à medida que se confirmem as previsões de crescimento da economia para este ano (em torno de 3,5%) e se consolidem as expectativas otimistas para 2005. Isso fará com que a taxa de desemprego mantenha sua tendência de queda, a despeito de eventuais oscilações que possam ocorrer. Também os rendimentos reais devem consolidar sua trajetória de recuperação, dando um novo impulso ao aumento da massa salarial e contribuindo para que o mercado de consumo interno passe a funcionar também como um elemento dinamizador do crescimento da economia, ao lado das exportações e dos investimentos em formação de capital.

Contudo, o grau de deterioração que o mercado de trabalho, de forma estrutural, apresenta faz com que essa evolução positiva, mesmo que sustentada ao longo de vários anos, dificilmente possa dar conta — por si só e de forma automática — das inúmeras carências que se foram acumulando ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, este número do boletim *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise* traz como tema de reflexão as esperanças e os desafios que a economia solidária suscita, não só naquilo que se refere à sua contribuição às questões do emprego e da desigualdade de renda, mas também como perspectiva de realização integral do ser humano, na medida em que, nela, ele possa desenvolver amplamente suas capacidades, tornando o trabalho uma parte constitutiva e fundamental de uma rede maior de relações sociais justas e fraternas.

A seção Opinião dos Atores é aberta com a visão do professor Paul Singer, titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre as propostas e desafios das políticas federais de apoio ao desenvolvimento da economia solidária. A professora Sonia Maria Rocha Heckert, coordenadora da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, prossegue o debate contribuindo com uma análise do papel da universidade nesse projeto histórico de construção do campo da economia solidária, ao passo que Luigi Verardo, da Anteag, situa — na história recente do capitalismo — o processo de emergência da proposta autogestionária.

Também as três notas técnicas — de autoria de Marcio Pochmann, atual secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo; de José Ricardo Tauile, professor e pesquisador do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, e Huberlan Rodrigues, também pesquisador do IE; e de Brunu Marcus F. Amorim e Herton Ellery Araújo, técnicos do IPEA — tratam das condições de surgimento e de consolidação — no Brasil atual — do paradigma de relações de trabalho solidárias. São textos às vezes densos, sempre estimulantes. Um conjunto de contribuições que certamente irá constituir-se em uma referência para a continuidade da reflexão.

## **OPINIÃO DOS ATORES**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO  
FEDERAL  
Paul Singer**

**A EMERGÊNCIA E POTENCIALIDADES  
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E  
AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DAS  
TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO  
TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE  
Sonia Maria Rocha Heckert**

**TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO  
TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
Luigi Verardo**

# A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL

Paul Singer

Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

## ORIGEM DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países.

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária.

Mudanças como estas se registram em muitos países. No Brasil assumiram proporções notáveis, a ponto de tornar a economia solidária uma opção adotada por movimentos sociais e importantes entidades da sociedade civil, como Igreja, sindicatos, universidades e partidos políticos. Na passagem do século, políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária foram adotadas por muitas municipalidades e alguns governos estaduais.

Com a eleição de Lula à presidência, entidades e empreendimentos do campo da economia solidária resolveram solicitar ao futuro mandatário a criação de uma secretaria nacional de economia solidária no MTE. Explica-se a opção pelo MTE pelos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária ao movimento operário. A demanda dos movimentos foi bem acolhida pelo então ministro Jacques Wagner, que muito contribuiu para que a Senaes pudesse se instalar e entrosar com as outras secretarias que compõem o MTE.

Convém lembrar que o MTE desde sua criação tem tido por missão proteger os direitos dos *assalariados*. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da Senaes representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura.)

## **CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PARTICIPATIVA**

A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país.

O FBES descentralizou sua atividade, organizando fóruns estaduais de economia solidária na maioria das unidades da federação. A Senaes organizou visitas a todos os estados, para levar seu programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” tanto às Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) como aos fóruns estaduais. Dessa forma, fóruns e DRTs começaram a combinar esforços no fomento e divulgação da economia solidária nos estados. Mais recentemente, cada DRT designou uma funcionária ou funcionário para responder pelas atividades em prol da economia solidária. Esses servidores estão recebendo formação em economia solidária, de forma sistemática, pela Senaes.

A Senaes só passou a ter dotação orçamentária a partir deste ano, pois começou a funcionar apenas em meados do ano passado. Decidimos empregar os recursos em diferentes projetos: várias prefeituras pediram recursos para construir Centros de Referência de Economia Solidária, para a comercialização de produtos de empreendimentos solidários e para a realização de encontros, seminários e cursos etc.; numerosos pedidos de apoio a feiras e à construção de centros de comercialização vieram de agência de fomento, fóruns estaduais e redes de empreendimentos; pedidos de apoio ao mapeamento da economia solidária em estados e em regiões de estados, a seminários e encontros e à criação de cooperativas também chegaram à Senaes.

Com exceção de uns poucos pedidos que claramente excediam a disponibilidade de fundos da Senaes, todos os outros projetos foram apoiados em alguma medida. Como não havia precedentes, o exame de quase 200 projetos foi utilizado para firmar critérios básicos de avaliação, com toda equipe participando de sua formulação. Nas decisões políticas que definem as linhas de atuação da Senaes, todos os membros da equipe participam. Essa norma aproxima a gestão dela do modelo autogestionário, além de dar oportunidade aos integrantes de se informar sobre as atividades da Senaes e de opinar sobre as opções em debate. As contribuições dos membros da Senaes têm sido vitais para a adoção de políticas coerentes com os princípios da economia solidária e adequadas à realidade socioeconômica em que pretendem incidir.

## **A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO COMBATE À PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

A resposta mais freqüente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro. Ao mesmo tempo, empregadores pouco escrupulosos utilizam falsas cooperativas de trabalho para deixar de pagar os encargos trabalhistas, aproveitando-se do fato de que esses encargos não são cobrados de quem contrata trabalho autônomo (a lei considera o cooperador trabalhador autônomo). Além disso, cooperativas autênticas, na ânsia de conseguir contratos, rebaixam seus preços a ponto de abrir mão de muitos dos direitos sociais de seus associados.

A precarização das relações de trabalho não é culpa das cooperativas mas do desemprego em massa, que leva suas vítimas ao desespero, deixando-as dispostas a aceitar trabalho em quase quaisquer condições de remuneração direta e indireta. A degradação do trabalho não cessa de se agravar e no extremo toma a forma de trabalho infantil e trabalho escravo. A economia solidária, aliada aos sindicatos e aos fiscais do MTE, luta pela preservação dos direitos sociais e sua ampliação. Diversos países já adotaram legislação que obriga as cooperativas de trabalho e de produção a garantir aos membros o gozo de todos os seus direitos legais, tendo em vista precisamente evitar que as formas cooperativas sejam usadas para agravar a espoliação de trabalhadores.

A Senaes luta para que o Brasil adote a mesma legislação, inclusive para que cooperativas autênticas de trabalho não sejam confundidas com as falsas pela fiscalização e pelo ministério público do trabalho. Representantes da Senaes no Fórum Nacional do Trabalho tem sustentado a proposta, que está sendo também debatida com os fiscais do trabalho nas DRTs. Ganha apoio na magistratura do trabalho, no ministério público do trabalho e também nas federações de cooperativas de trabalho a idéia de que precisamos de leis que garantam o direito de auto-organização dos trabalhadores em cooperativas e associações, desde que não possam ser usadas para privar os mesmos trabalhadores de seus direitos legais.

### **O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO COMO FORMA DE COMBATE À POBREZA**

A pobreza na maior parte das vezes é condição social. A falta de dinheiro obriga as pessoas a morar juntas onde o custo de morar é baixo, ou seja, em favelas, cortiços ou ... na rua. A necessidade em que se encontram as famílias nessas comunidades torna a prática da ajuda mútua indispensável à sobrevivência. Assim sendo, combater a pobreza requer o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes. Esse desenvolvimento pode ser induzido por agentes externos — ONGs, igrejas, governos etc. — que mobilizam a comunidade, provocam a formulação de projetos de novas atividades econômicas e/ou melhora das existentes e ajudam em sua implementação.

Como seria de esperar, os projetos organizados por comunidades pobres assumem quase sempre a forma da economia solidária. A alternativa seria alguns membros da comunidade assumirem o papel de capitalista e assalariar os demais. Como ninguém tem dinheiro, essa hipótese é improvável. Além disso, a ajuda mútua é essencial ao esforço de gente desprovida de capital para melhorar sua situação social e econômica. O desenvolvimento que combate a pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado na prática em diversos lugares.

A Senaes está empenhada em promover o combate à pobreza mediante as oportunidades que o programa Fome Zero, a reforma agrária e outras políticas sociais do governo oferecem. Para tanto, diversos ministérios e secretarias do governo federal estão juntando forças. Um ponto crucial é o financiamento dessas iniciativas. O governo brasileiro está empenhado em reformas do sistema financeiro que o abram às camadas de baixa renda, que hoje estão excluídas dele. Outra alternativa é a criação de um outro sistema financeiro — solidário, popular, comunitário — que diferentes empreendimentos da economia solidária já estão desenvolvendo em várias partes do Brasil.



# A EMERGÊNCIA E POTENCIALIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Sonia Maria Rocha Heckert

Coordenadora da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

A economia solidária, hoje emergente, não é uma forma compensatória diante da exclusão do mercado formal de um número significativo de trabalhadores, mas uma outra economia sintonizada com transformações mais profundas. Com isto, não pretendemos minimizar a premência de se buscar respostas imediatas para um dos maiores problemas da atualidade, o desemprego. Atualmente, todos partilham de um sentimento de medo — por si, pelos filhos, pelos amigos, pelos próximos — diante da ameaça de exclusão do mercado. Enfim, todos sabem que a cada dia vem aumentando o número dos excluídos e os riscos da exclusão, em decorrência do modelo neoliberal.

O desemprego deixou de existir em setores específicos para se expandir para todas as áreas e segmentos da população. Para compreender o drama que representa o desemprego e a exclusão basta lembrar que, em decorrência dessa situação, a própria função do emprego se altera na sociedade. Deixamos de pensá-la somente com o enfoque produtivista, mas passamos a encarar o trabalho como assegurador da estruturação social justa.

No contexto dessas mudanças no mundo do trabalho e em uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores surgem importantes iniciativas no campo da economia solidária e da autogestão, como reação à exclusão, entre as quais incluímos as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Elas começam como projetos, programas ou órgãos das universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou daqueles que vivenciam situações de precarização do trabalho. O que pretendem é centrar a atenção em uma forma de organização econômica que seja simultaneamente viável e emancipatória e na qual os conceitos de solidariedade, autogestão e democracia, entre outros, estejam elencados como princípios fundamentais.

Tais iniciativas no campo da economia solidária são, dessa forma, portadoras de potenciais maiores que estão a despontar, e que não se limitam a responder à exclusão do mercado. Os princípios da cooperação e da solidariedade, por exemplo, não se restringem ao empreendimento, mas se ampliam com ressonâncias nas relações de gênero, raciais, ecológicas, multiculturais etc.; o princípio da autogestão torna-se uma dinâmica geradora da inclusão, na medida em que supera ações individualistas e outras que regem o trabalho subalterno; a

intercooperação manifestada através das redes e das parcerias forja um mercado solidário reinstaurando as trocas cooperativas e comprometidas com o território e sua população, entre os limites ecológicos e éticos.

Essas experiências não podem ser avaliadas apenas por sua dimensão econômica. As suas potencialidades vão além, afirmando-se enquanto estratégia estruturante de um outro desenvolvimento, socialmente humano e ecologicamente sustentável; são formas de trabalho diferenciadas na medida em que também buscam a cidadania e a realização humana. Elas implicam transformações na sociedade, lentas e graduais, que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista. Demandam ainda mudanças também na universidade, tais como a explicitação de novos paradigmas e conceitos, a priorização de temáticas e de conteúdos não habituais aos currículos dos diversos cursos, a transposição da linguagem da academia para o setor popular, o desenvolvimento de metodologias e procedimentos pedagógicos específicos.

O papel da universidade é vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos. Ela é uma instituição criada pela própria sociedade e, como tal, relaciona-se imperiosamente com esta. Assim, as questões prioritárias da sociedade são também as da universidade. Não obstante, em nosso cotidiano nem sempre presenciamos esse envolvimento. Como a sociedade não é um todo orgânico e sim um espaço de interesses conflitantes e contraditórios no qual grande parcela da população vive em um processo de exclusão, historicamente prevalecem na universidade posicionamentos coniventes com os interesses dos grupos dominantes. Em sua relação com os demais ela assume, com frequência, a prestação de serviços assistencialistas, revestidos de um caráter de favor, inquestionáveis para aqueles que se colocam como seus beneficiários.

Felizmente, existem projetos acadêmicos que revelam posicionamentos diferentes, aproximando o saber científico das realidades cotidianas dos trabalhadores, entre os quais incluímos as incubadoras já apontadas. Trata-se de experiências ainda incipientes, mas que podem constituir-se, acredito, em um modelo de interação efetiva da universidade (em suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão) com a sociedade. Atualmente, temos 16 universidades desenvolvendo a incubagem de cooperativas populares de forma sistemática e integradas à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Ao trabalhar a partir dos fundamentos da economia solidária, as incubadoras trazem para a academia um novo debate, uma nova cultura nas relações de trabalho, enriquecendo e ampliando as experiências universitárias e as provendo de um novo significado. Esse panorama coloca para a instituição, em especial, um duplo desafio: o desenvolvimento e a transferência de metodologias e tecnologias em uma área inovadora (que envolve elementos da cidadania e de cooperação) e a formação de profissionais competentes para a implementação dessas práticas emergentes. Tal é a essência do programa das incubadoras. Entendo que, exercitando essa práxis, a universidade cumpre também o seu compromisso social.

A economia solidária, enquanto ensaio de um novo projeto de sociedade, sinaliza também para uma nova universidade, portadora de uma nova ética, de uma nova cultura pautada nos princípios da solidariedade e da cooperação, na prática da autogestão e assim buscando enfrentar os desafios da globalização. Dessa forma, a despeito de seus limites, a economia solidária, com seu potencial inovador, abre perspectivas para renovar também a universidade.

# TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luigi Verardo

Técnico da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag)

Abordar as mudanças do denominado “mundo do trabalho” exige que se considere o processo de reestruturação produtiva antes de se ater a particularidades de ordem social, política e cultural. As relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores estão profundamente relacionadas com as transformações da produção e do mercado.

As evoluções comerciais, revolução industrial e, posteriormente, as fases das reestruturações produtivas foram demarcando com maiores ou menores traços as particularidades dos mundos do trabalho. A partir do século XIX e no começo do século passado, o processo de industrialização organizou de forma mais profissional o trabalho desferindo ataques às organizações trabalhistas, derrotando os trabalhadores qualificados. O processo de implantação do taylorismo e fordismo confrontou com os sindicatos de ofício e promoveu a dissociação, de forma radical, do *saber* e do *fazer*, compartimentando o *poder de decisão da atividade produtiva*. Incorporou progressivamente o saber do trabalhador aprofundando a dicotomia *concepção-execução* do trabalho. A produção passou a ser em série e os produtos padronizados e conforme os interesses do consumo de grandes massas. O processo de produção fundou-se, progressivamente, no controle do tempo, produção intensiva com as atividades parceladas e fragmentadas. O trabalho passou a ser uma atividade essencialmente física, repetitiva e especializada numa fábrica em que se concentram muitos trabalhadores sob um funcionamento (ordem e controle) bem centralizado e hierarquizado.

Na segunda metade do século passado começaram a surgir modelos alternativos à organização fordista e taylorista buscando, em tese, maior envolvimento dos trabalhadores. Mas, dentre os diversos ensaios, o mais importante é o modelo japonês, o toyotismo. A reestruturação toyotista e suas combinações e variantes tiveram, por sua vez, que desferir golpes mortais ao movimento sindical. Além da derrota do sindicalismo japonês na década de 1970, vale lembrar a que foi reduzida a histórica resistência da organização trabalhista inglesa no final do século passado.

A moderna fase da reestruturação produtiva passou a incorporar diversas tentativas anteriores e combinar evolução tecnológica (automação, microeletrônica etc.) com flexibilização e gestão participativa. A reestruturação racionalizou o tempo (*just-in-time*), incorporou o modelo advindo dos supermercados onde se trabalhava com o estoque mínimo e incorporou as experiências das indústrias têxteis, onde os operários já operavam, num mesmo tempo, diversos teares.

Agora, sob a égide da flexibilidade, os produtos do trabalho são voltados para atender às particularidades do mercado em vez de produzir de forma patronizada, como era o modelo

anterior. A flexibilização passa a servir para diversificar o produto, fabricando dessa ou daquela forma, daquela e da outra cor, desse ou daquele tamanho... Mas a introdução da flexibilização também serviu e serve para desregular direitos trabalhistas historicamente adquiridos pela classe trabalhadora. A racionalização do tempo e a produtividade também significam enxugar a folha de pagamento. Contando com a evolução tecnológica (computador, controle numérico, sistema *on line* etc.), flexibilização e gestão participativa, a indústria fica mais horizontalizada. Passa a contar com um número enorme de serviços de outras empresas de portes médio e pequeno onde as condições de trabalho normalmente ficam abaixo dos mais elementares direitos trabalhistas. Pela descentralização industrial pulveriza-se a organização dos trabalhadores e segmenta-se a classe operária entre os qualificados “estáveis”, que recebem incentivos, os semiqualeificados, os precários, os terceirizados, os prestadores de serviço de dentro da unidade ou de fora etc.

Ao mesmo tempo, aumenta-se produção, cresce produtividade e eliminam-se muitos postos de trabalho. É bem verdade que, muitas vezes, aumento de produção não representa racionalização e produtividade. Existe pesquisa na região da Grande São Paulo que mostra que aumento de produção geralmente se dá mais pela intensificação do ritmo de trabalho e aumento da jornada do que das propaladas “modernas tecnologias”. Aliás, nas denominadas “economias em desenvolvimento” a diminuição do poder regulador do Estado adquire dimensão ainda mais séria sobre o mundo do trabalho, quando se leva em conta que o amparo social sempre esteve longe da política do *welfare state*.

A partir do início da década de 1990, no Brasil, o processo de abertura do mercado (desregulamentação comercial) e a situação falimentar de inúmeras empresas aumentaram ainda mais o número de desempregados, excluídos, precarizados e dos que passaram a trabalhar no denominado “setor informal” — trabalhando sem carteira, como autônomo (individual ou associado) ou em trabalho familiar — atividades que se caracterizam como de ausência de direitos assegurados publicamente. Na mesma década, além do crescimento do número do desemprego, houve uma diminuição de renda e os trabalhadores tornaram-se mais informalizados. Durante os seis primeiros anos da década passada, a informalidade estudada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta um crescimento de 40% para 47%, nas seis principais regiões metropolitanas. No início de 2004 a percentagem dos com carteira assinada foi reduzida a 39,7%. Um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aponta em 58% a percentagem dos trabalhadores informais no mercado, com acentuada elevação nas regiões Norte e Nordeste.

Nesse cenário, tem crescido no Brasil o movimento denominado “Economia Solidária”. Como resposta à realidade do mundo do trabalho, a *Economia Solidária tem potencialidade de se constituir como novo modelo de organização de trabalho, como alternativa à informalidade e à precarização*. Assim, pode promover mudanças nas relações de trabalho agregando nova qualidade de vida, trabalho e renda. Mas isso só pode ser alcançado quando se tem um projeto ou plano estratégico de construção dessa alternativa, com base em: 1) *decisões democráticas* não apenas no voto periódico e representação indireta, mas na *partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo*; 2) que tanto o trabalho educativo quanto o método de acompanhamento promovam *autonomia e inteligência coletiva*; e 3) práticas de relacionamento em que a *solidariedade e reciprocidade prevaleçam sobre a competição e concorrência*.

Quando não se tem essa perspectiva, devemos considerar que o trabalho precário ou informal não fica desligado da economia regular. Acabam vivendo comumente à margem,

alimentando o sistema fundamentado na lógica da submissão e exploração. E então a Economia Solidária corre o risco de servir como simples resposta à situação indesejada, mantendo os trabalhadores no patamar inicial da mera sobrevivência, inscrevendo-se no interior da lógica do mercado causador daquela situação e, de certa forma, aceitando a permanência no limiar da exclusão e marginalidade. Trabalhando geralmente em piores condições de trabalho, ganhando menos, contribuem, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento do grande capital e das grandes indústrias, quando não servindo para administrar a crise criada pelo sistema econômico hegemônico. Isso pode ocorrer quando falta um projeto mais abrangente que permita o *salto de qualidade*, já referido.

Retomando mais um pouco a questão da reestruturação produtiva, temos no toyotismo uma política de envolvimento em que a participação dos trabalhadores é mais ampla do que no taylorismo (que tinha como o ideal do trabalhador da produção o paradigma do “macaco treinado”). Agora, no toyotismo o trabalhador é convidado a participar como trabalhador capaz de dar sugestões, de se envolver com sua emoção e saber a serviço de uma melhoria da produção e da qualidade do produto. Esse envolvimento permite incorporar as Caixas de Sugestões, o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) até chegar ao sistema de célula de produção, num processo progressivo de comprometimento do corpo, da alma e do saber. Esse envolvimento acaba promovendo a falsa idéia de que esteja existindo uma efetiva participação e uma dimensão humana nas relações de trabalho. Decorrente dessa política encontram-se pessoas que chegam a acreditar tratar-se, de fato, de democracia. Há quem até confunda esse estágio *participacionista com autogestão*.

Faz parte da terceira fase da reestruturação industrial o trabalhador dar sugestões, participar de festas e até fazer compras com colegas de trabalho etc. Porém, das contas da empresa e das instâncias que realmente decidem a vida da empresa e o destino dos trabalhadores quando se tem alguma notícia tem-se de forma parcial. Quer dizer, na empresa participa-se de muitas coisas, menos do essencial.

Temos de fazer uma distinção entre o que é uma participação ativa e plena do que é uma participação parcial, o que é um trabalho humano, do que é um trabalho fragmentado e alienado. Só porque existe um determinado envolvimento participativo, dentro de uma política participacionista, pode-se confundir, numa visão menos crítica, aquele processo com democracia, solidariedade e com autogestão. É necessário, portanto, distinguir o que significa *participar com dominação* do que significa *participar com liberdade*. Participação democrática não se limita em votar a cada três anos para seus representantes, mas, principalmente, partilhar do poder, das decisões e do controle do empreendimento.

Dentro da perspectiva de construção de projeto solidário e de autogestão pode-se qualificar o trabalho para além das categorias “patrão” e “empregado” e da dualidade “trabalho formal” e “trabalho informal”, podendo promover, pelo menos em alguma medida, um movimento no sentido de resgatar a dimensão humana do trabalho em seu aspecto realizador e criativo. Mas, para isso, não basta se dizer solidário: é preciso ser solidário e saber com quem se é solidário. Não basta participar: é necessário acesso à informação, poder de decisão e controle do negócio. Em suma, um *projeto autogestionário*.



# **ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO**



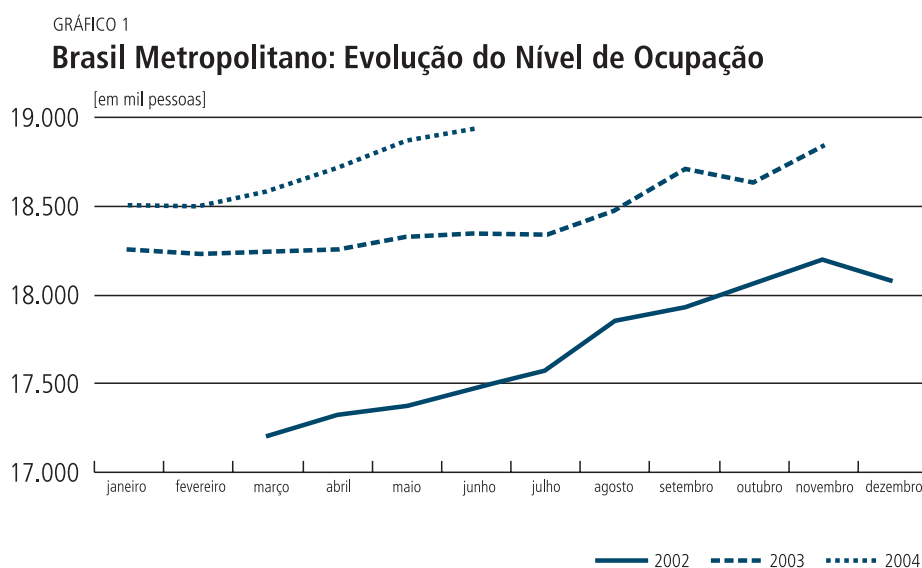
# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

O comportamento do mercado de trabalho tem se caracterizado, nos últimos meses, por uma gradual recuperação dos seus principais indicadores. Iniciada com a retomada do nível de ocupação, ela já se reflete no indicador que mais chama a atenção da sociedade: a taxa de desemprego. Os indicadores de rendimentos também começam a mostrar variações positivas, interrompendo a trajetória de deterioração que vinham apresentando.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, depois da queda sazonal do início do ano, a ocupação começou a crescer de forma clara a partir de março (Gráfico 1), tendo o primeiro semestre se encerrado com uma variação média de 2,3% sobre igual período de 2003. Esse crescimento vem se intensificando mês a mês, com a taxa de junho alcançando a expressiva cifra de 3,3%, na comparação com junho do ano passado.

Em termos regionais, o dinamismo que a ocupação está apresentando, embora ocorrendo de forma generalizada, tem como destaques as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e São Paulo, sendo que esta, não só em razão das altas taxas que vem exibindo, mas também em função do elevado peso que tem na população ocupada das seis regiões pesquisadas pelo IBGE, tem contribuído de forma muito significativa para os resultados do conjunto.

De fato, considerando-se o crescimento médio do primeiro semestre (sobre janeiro-junho do ano passado), enquanto a maioria das regiões apresenta variações pouco acima de 1%,<sup>1</sup> Belo Horizonte mostra um crescimento de 3,5%, e São Paulo de 3,4%. Dado o peso desta última, em torno de 42%, sua contribuição para o aumento havido no conjunto (2,3%) é de cerca de 62%. Em relação à aceleração do ritmo de surgimento de novas oportunidades de trabalho, o panorama é semelhante, com as variações em Belo Horizonte e São



1. Porto Alegre, 1,2%; Rio de Janeiro e Salvador, 1,1%; e Recife, apenas 0,2%.

Paulo comandando o processo (4,9% e 4,5%, respectivamente, em junho, sobre o mesmo mês de 2003), notando-se ainda uma melhoria clara do desempenho de Salvador (crescimento de 3,2%, na mesma comparação).

Em termos setoriais, os destaques positivos têm sido as atividades terciárias dos serviços (instituições financeiras, serviços às empresas, administração pública, serviços sociais etc.) e do comércio, com crescimento de 5,3% e 3,9%, respectivamente, na comparação de junho deste ano com junho de 2003. Em segundo plano situam-se a indústria (2,9%) e outros serviços (2,7%), aparecendo como destaque negativo o setor de construção civil, com uma queda de 1,7% nessa mesma comparação. O impacto negativo que essa trajetória da construção civil provoca na evolução da ocupação total serve, por outro lado, para chamar a atenção para as possibilidades que existem de dinamização ainda maior do mercado de trabalho, caso as perspectivas de recuperação do setor, a partir das medidas de estímulo recentemente aprovadas pelo Congresso, venham a se confirmar.

Esses resultados positivos que o nível de ocupação vem apresentando suscitam, de imediato, duas questões. A primeira diz respeito à qualidade das ocupações que estão sendo criadas, ao passo que a segunda refere-se à questão de se o atual momento favorável do mercado de trabalho tem condições de sustentabilidade ou se, ao contrário, é um fenômeno passageiro, de fôlego curto.

Quanto à qualidade dos vínculos de trabalho gerados, os sinais não são nítidos, havendo indicações — até certo ponto contraditórias — que demandam mais esclarecimentos. Por um lado, o crescimento expressivo do número de empregos com carteira de trabalho assinada, de 3,1% em junho, na comparação com junho de 2003, segundo a PME, e o número recorde de contratos formais em todo o Brasil, segundo o Caged/MTE (1.034 mil no primeiro semestre deste ano), testemunham a capacidade que o mercado de trabalho tem, hoje, de gerar empregos de qualidade, pelo menos naquilo que se refere à proteção da legislação trabalhista. Por outro lado, o crescimento mais que duas vezes superior dos empregos sem carteira (6,6%, no mesmo período)<sup>2</sup> pode, à primeira vista, dar a entender que, embora gerando empregos formais de maneira expressiva, o mercado de trabalho ainda padece de distorções graves que o fazem privilegiar a expansão da informalidade.

Essa preocupação, embora compreensível diante dos números exibidos, deve levar em consideração, contudo, o momento pelo qual a economia está passando. De certa forma estamos ainda vivendo o início de um processo de retomada do crescimento econômico, depois do severo ajuste fiscal e monetário que fez o PIB apresentar um recuo de 0,2% em 2003. Nessas condições, é natural que as empresas adotem uma postura cautelosa em relação aos custos de contratação/dispensa, esperando que o processo de crescimento se mostre duradouro e com perspectivas de sustentabilidade, para só então assumir mais amplamente a formalização dos vínculos de trabalho.

Segundo essa análise, havendo uma continuidade do processo, atualmente em curso, de crescimento da economia, tanto a confiança que os empresários passarão a ter em seu ulterior prosseguimento como a necessidade de garantir mão-de-obra diante do aquecimento do mercado de trabalho levarão a uma progressiva substituição de parcela dos atuais vínculos precários por contratos formais. Uma tal situação repetiria o ocorrido no final de

---

2. O crescimento anual do número de trabalhadores por conta própria vem sendo bem mais modesto, tendo se situado, em junho, em um patamar significativamente inferior (1,9%).

2000, quando, depois de cinco trimestres consecutivos de crescimento do PIB, para um mesmo volume total de mão-de-obra empregada, o mercado de trabalho operou uma substituição maciça de trabalhadores sem carteira por trabalhadores formais, de tal forma que, em abril de 2001, a taxa anual de crescimento dos empregos com carteira era de 6%, sobre o nível de abril de 2000, enquanto os empregos sem carteira apresentavam uma *queda* de 4,4%! Esse movimento, verificado no final de 2000 e início de 2001, foi tão intenso que, depois de mostrar um crescimento ininterrupto da informalidade ao longo de toda a década de 1990, o mercado de trabalho metropolitano experimentou — na média anual de 2001 — um crescimento de cerca de 1,4 ponto percentual em seu grau de formalização.

Nesse sentido, a atual diferença entre as taxas de crescimento dessas duas modalidades de assalariamento não deve levar a uma sentença definitiva sobre a qualidade do presente processo de expansão do nível de ocupação, devendo-se esperar um pouco para se ter uma avaliação mais fundamentada sobre o seu real significado.

Um outro ponto que está a merecer consideração, no tocante à qualidade da recuperação que o mercado de trabalho vem apresentando, diz respeito ao crescimento do número de pessoas sub-remuneradas,<sup>3</sup> o qual, no mês de junho, representava mais de 15% da ocupação total (2,93 milhões de trabalhadores), o que representa uma expansão de 18,3% em relação a junho de 2003, equivalente, em termos absolutos, a pouco mais de 450 mil postos de trabalho. Mesmo levando em conta eventuais ruídos nesta estatística, em função da demora na aprovação do valor do salário mínimo, o fato é que essa subocupação está em patamares elevados, representando talvez a maior debilidade do atual estado do mercado de trabalho.

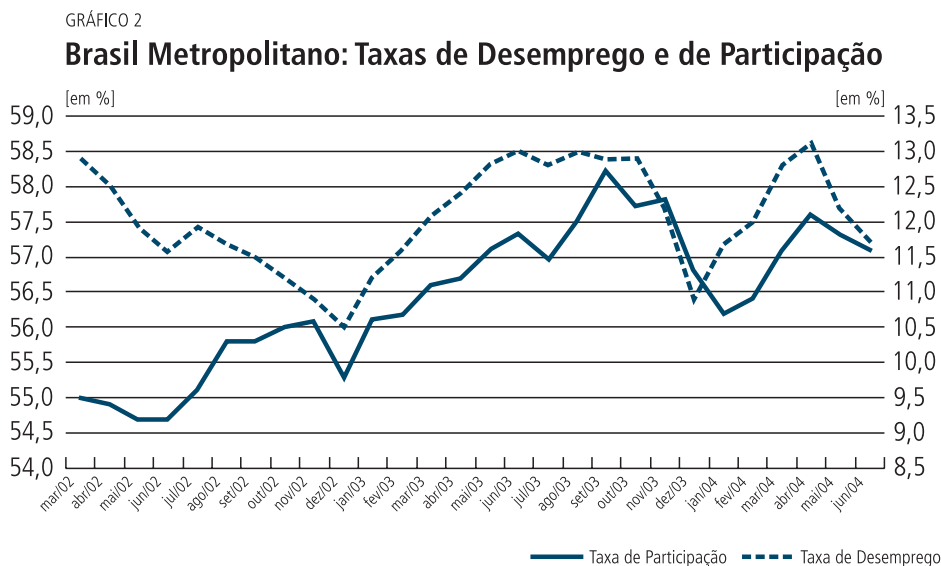
Quanto às perspectivas de sustentabilidade da atual fase de crescimento da ocupação, o retrospecto do comportamento do mercado de trabalho, desde o final da década passada, é de molde a sugerir que existe, hoje, uma alta sensibilidade de resposta aos estímulos do nível de atividades. Essa é uma situação bastante distinta da verificada nos anos 1990, quando a reestruturação por que passou a economia brasileira impôs um ritmo de crescimento da produtividade do trabalho que era incompatível com uma absorção de mão-de-obra mais expressiva. Dessa maneira, por ora, pelo menos até ser iniciado um novo movimento de atualização tecnológica e organizacional intensa, a questão da sustentabilidade do crescimento da ocupação transfere-se para a questão da sustentabilidade do próprio crescimento da economia. Na medida em que essas perspectivas apresentam-se promissoras, é de se esperar que o atual momento configure o início de um ciclo razoavelmente longo de ampliação das oportunidades de trabalho e não, simplesmente, uma melhoria espasmódica e inconseqüente do mercado de trabalho.

Portanto, em relação aos próximos meses, em princípio é razoável esperar uma continuidade na atual evolução do nível de ocupação, incluindo a ampliação da quantidade de empregos com carteira, na medida em que se confirmem as previsões de crescimento da economia para este ano (em torno de 3,5%) e se consolidem as expectativas otimistas para 2005. Duas ressalvas se fazem necessárias, todavia: a primeira é que o caráter amostral da pesquisa pode gerar oscilações de cunho meramente estatístico nos resultados; a segunda é que uma recuperação sustentada do mercado de trabalho pode, e deve, contribuir para a eliminação de postos de trabalho sub-remunerados. Se isso ocorrer de forma intensa, é possível que o crescimento do nível total da ocupação venha a ser atenuado, o que, nessas

3. Segue-se aqui a conceituação do IBGE, que assim considera o trabalhador cuja remuneração média por hora de trabalho é inferior ao valor do salário mínimo horário.

condições, seria até bem-vindo, na medida em que estaria associado a uma recomposição da qualidade do emprego.

Uma evolução positiva da ocupação, persistindo por um certo tempo, acaba inevitavelmente se refletindo na melhoria dos indicadores de desemprego. Embora a taxa de desemprego tenha experimentado crescimento até abril, fruto da pressão que a oferta de pessoas no mercado de trabalho vinha produzindo, em maio e junho ela apresentou quedas consideráveis, como resultado não apenas do dinamismo da ocupação, mas também em razão do recuo havido na quantidade de pessoas à procura de trabalho. A conjugação desses dois fatores fez com que esse indicador caísse a 11,7% em junho, cerca de 1,3 ponto percentual abaixo do observado no mesmo mês do ano passado.



Se a ocupação evoluir conforme o esperado, a taxa de desemprego também deve mostrar resultados positivos, mantendo a atual tendência de queda, embora não se possa descartar a hipótese de pequenos aumentos, passageiros, nas comparações mensais no futuro próximo, uma vez que o recuo da oferta havido em maio e junho foi bastante atípico. Caso isso aconteça, não se deve ver no fato um sintoma de debilidade do mercado de trabalho, pois o que importa é que a continuidade do crescimento da ocupação irá trazer uma diminuição estrutural da taxa de desemprego, a despeito das oscilações de caráter sazonal, ou mesmo cíclica,<sup>4</sup> que possam eventualmente ocorrer na oferta de trabalho.

Em relação ao outro indicador que se coloca entre os mais importantes do mercado de trabalho, os rendimentos médios reais, os resultados dos últimos meses apontam para uma tendência de recuperação, apesar de uma certa oscilação em sua evolução mensal, com o resultado de junho<sup>5</sup> atingindo o maior nível desde agosto do ano passado, situando-se ape-

4. A taxa de participação das pessoas no mercado de trabalho é usualmente pró-cíclica, tendendo a aumentar quando este se aquece, e começa a sinalizar a existência de uma probabilidade maior de êxito para as pessoas que procuram emprego. Contudo, a existência de fatores contracíclicos, com o recuo para a inatividade do chamado "trabalhador adicional", está a pedir a realização de estudos mais aprofundados sobre o comportamento da oferta, de forma a ser possível explicar, por exemplo, a queda da PEA em maio e junho últimos.

5. Considerando-se os rendimentos médios reais habitualmente recebidos.

nas meio ponto percentual abaixo do verificado em junho de 2003. A cautela em caracterizar o comportamento recente desse indicador como sendo o de uma recuperação sustentada advém da constatação de que, seja em termos das realidades regionais, seja considerando-se as formas de inserção ocupacional dos trabalhadores, as oscilações e disparidades apresentadas ainda não permitem afirmar que já se teria entrado em uma fase de crescimento continuado dos rendimentos reais.

Conforme pode ser visto na Tabela 1, que apresenta as variações mensais e anuais (em relação aos mesmos meses de 2003) dos rendimentos reais habitualmente recebidos ao longo do primeiro semestre, embora todas as regiões tenham mostrado variação positiva em junho, relativamente ao mês anterior, apenas em São Paulo isso havia ocorrido também em maio. No que se refere às variações anuais, a Tabela 1 permite perceber que a superação dos níveis de rendimentos reais verificados em 2003 só acontece em Salvador, Porto Alegre e São Paulo, sendo o peso desta fundamental para que a evolução do conjunto apresente a trajetória de recuperação exibida na última coluna. Além disso, como mostra o Gráfico 3, esse estreitamento das diferenças entre os rendimentos médios reais nos dois anos é fruto, em maior medida, da queda acentuada havida ao longo do ano passado, uma vez que o crescimento que se vem processando este ano ainda é muito tímido.

TABELA 1

### Rendimentos Médios Reais habitualmente Recebidos por Regiões Metropolitanas

[em %]

	Variações Mensais							Variações Anuais						
	Recife	Salvador	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	Total	Recife	Salvador	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	Total
Jan.-04	2,9	-2,3	2,7	-1,4	3,2	3,6	1,9	-5,0	-11,0	-3,8	-1,8	-9,7	6,0	-6,2
Fev.-04	-4,2	0,8	-1,2	1,1	1,9	-4,2	0,5	-12,5	-2,8	-3,3	-6,8	-6,0	0,8	-5,7
Mar.-04	-0,8	0,7	1,4	5,1	-0,1	1,3	1,4	-10,7	0,7	-2,2	-1,4	-2,5	0,0	-2,4
Abr.-04	0,3	0,0	-0,6	1,4	-2,0	-1,7	-0,9	-7,1	4,8	-1,3	1,9	-7,7	1,9	-3,5
Mai.-04	-1,1	-3,3	-2,2	-4,8	2,0	-3,4	-0,7	-11,6	6,3	-0,7	-5,7	0,3	-2,1	-1,4
Jun.-04	7,5	0,3	2,6	0,2	1,5	4,8	1,8	-7,9	2,8	-3,0	-4,9	1,5	2,1	-0,5

Fonte: PME/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac.

Também quando essa evolução é vista sob a ótica das formas de inserção ocupacional, conforme mostram os dados da Tabela 2, as oscilações e a diversidade das trajetórias chamam a atenção, sublinhando o caráter ainda incipiente do atual processo de recuperação do poder de compra das remunerações do trabalho. Do lado positivo, um fato que favorece a idéia de ser este um processo consistente é o melhor desempenho relativo mostrado pelos rendimentos dos assalariados do setor privado, uma vez que são essas as modalidades de inserção que respondem mais rapidamente aos estímulos da retomada do nível de atividade, o qual, como comentado anteriormente, apresenta perspectivas promissoras, considerando-se os cenários mais prováveis de evolução da economia.

Nesse sentido, a despeito das cautelas que se deve ter em relação ao significado da evolução recente dos indicadores de rendimentos, pode-se dizer que as perspectivas são otimistas: enquanto os rendimentos dos assalariados do setor privado já são hoje superiores aos verificados um ano atrás, a expectativa é que essa recuperação também alcance os empre-

gados do setor público<sup>6</sup> e os trabalhadores por conta própria, sendo estes os últimos a conseguir, tradicionalmente, uma recomposição do poder de compra de suas remunerações.

A recuperação havida nos rendimentos, aliada ao crescimento da ocupação, fez a chamada massa salarial (volume de toda a remuneração do trabalho) de junho do corrente ano superar os valores correspondentes de 2003 (mais 2,9%), nas regiões cobertas pela PME. Confirmando-se as perspectivas positivas de evolução dos rendimentos médios, será dado um impulso adicional ao crescimento da massa salarial, atualmente ainda dependente do dinamismo no nível de ocupação.

TABELA 2

**Rendimentos Médios Reais habitualmente Recebidos segundo a Forma de Inserção na Ocupação**

[em %]

	Variações Mensais					Variações Anuais				
	Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta Própria	Total	Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta Própria	Total
		Com Carteira	Sem Carteira				Com Carteira	Sem Carteira		
Jan.-04	-1,8	2,0	3,0	4,9	1,9	-5,6	0,4	-2,1	-8,0	-6,2
Fev.-04	0,1	1,2	-0,2	-1,7	0,5	-7,6	0,3	-4,8	-4,9	-5,7
Mar.-04	1,5	0,2	1,0	4,0	1,4	-4,2	-0,5	-4,3	2,7	-2,4
Abr.-04	-1,3	-0,8	-0,8	-0,7	-0,9	-2,2	-2,9	-4,3	3,2	-3,5
Mai.-04	0,7	-0,8	5,8	-2,0	-0,7	-1,8	-0,8	2,6	0,0	-1,4
Jun.-04	0,1	1,7	1,8	-1,5	1,8	-3,1	1,1	3,6	-2,6	-0,5

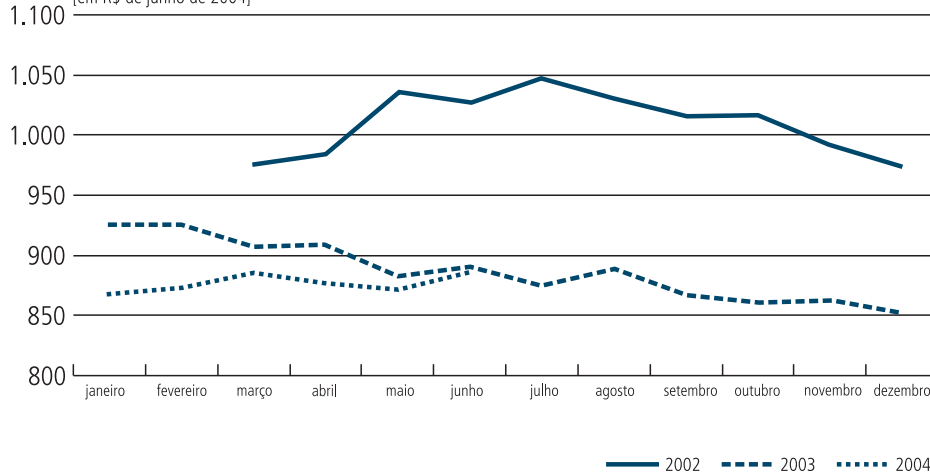
Fonte: PME/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 3

**Brasil Metropolitano: Rendimentos Reais habitualmente Recebidos**

[em R\$ de junho de 2004]



6. As remunerações do setor público não têm uma relação direta com a dinâmica geral do mercado de trabalho, sendo condicionadas por fatores — em grande parte — de natureza não-econômica e que atuam de forma diferenciada — e em momentos distintos — em cada esfera de governo. Contudo, a ampla recomposição que o governo federal vem promovendo nas remunerações de seus servidores é um processo que terá, certamente, um impacto positivo no desempenho dos rendimentos do setor público como um todo.

# **NOTA TÉCNICA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL:  
POSSIBILIDADES E LIMITES**  
Marcio Pochmann

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: A  
CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DE TRABALHO  
E RENDA**  
José Ricardo Tauile  
Huberlan Rodrigues

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NOVAS  
FORMAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO?**  
Bruno Marcus F. Amorim  
Herton Ellery Araújo



**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES**

Marcio Pochmann\*

A partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840. Por conta disso, o país registra sinais expressivos de regressão ocupacional, após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho.

Passados quase 25 anos de estagnação da renda *per capita*, acompanhados de elevada instabilidade nas atividades produtivas, nota-se o aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e exportação de produtos primários. Os efeitos regressivos dessa combinação são expressivos no interior do mercado nacional de trabalho.

De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista.

Tradicionalmente, o segmento não-organizado vinha sendo relacionado às circunstâncias mais arcaicas das economias subdesenvolvidas, na medida em que compreendia um espaço econômico limitado e intersticial de absorção precária da força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista. Mais recentemente, no entanto, a dinâmica do segmento não-organizado passou a indicar não apenas e tão-somente o desenvolvimento de atividades de sobrevivência, de produção popular e até de ilegalidade (prostituição, tráfico humano e de drogas, crime, jogos de azar).

Em síntese, reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progredem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não-organizado do trabalho há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista.

O avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional.

Ao contrário do passado, observa-se o ineditismo do rápido avanço na proletarianização da antiga classe operária industrial e no desaburguesamento da classe média. Inequivocamente, trata-se de um excedente de força de trabalho qualificado, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico.

---

\* Professor do licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

Para discutir as principais possibilidades da economia solidária, bem como seus constrangimentos no atual contexto de gravidade e longevidade da crise do desenvolvimento nacional, optou-se por dividir o presente texto em quatro partes. Na primeira e na segunda parte buscou-se apresentar brevemente a evolução das principais tendências do mercado de trabalho no Brasil durante as últimas oito décadas.

A seguir, procurou-se identificar mais precisamente o espaço de manifestação e desenvolvimento da economia solidária para, finalmente, discutir oportunidades, limites e passos necessários nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária no Brasil. As considerações gerais finalizam o texto.

## **1 TENDÊNCIAS GERAIS DE ESTRUTURAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

A partir da Revolução de 1930, o Brasil apresentou dois comportamentos distintos em relação ao funcionamento do mercado de trabalho. Entre 1930 e 1980, por exemplo, o país conformou o seu mercado nacional de trabalho movido pelo ciclo da industrialização e da urbanização.

Até então predominou tão-somente a presença de mercados regionais de trabalho, subsumidos pela dinâmica rural primário-exportadora e imigração de mão-de-obra estrangeira, suficiente para deixar à margem a força de trabalho nacional, sobretudo a população negra. A partir de 1930 e por cinco décadas consecutivas, o Brasil deixou de ser uma grande fazenda produtora de bens primário-exportadores para se transformar na oitava economia industrial do mundo, com importante absorção da força de trabalho nacional, especialmente proveniente do campo.

Também contribuiu para a ampliação e estruturação do mercado de trabalho a presença de uma regulação pública fundada no assalariamento, cuja Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve, desde 1943, papel fundamental na promoção de menor heterogeneidade nas condições e relações de trabalho no país.<sup>1</sup>

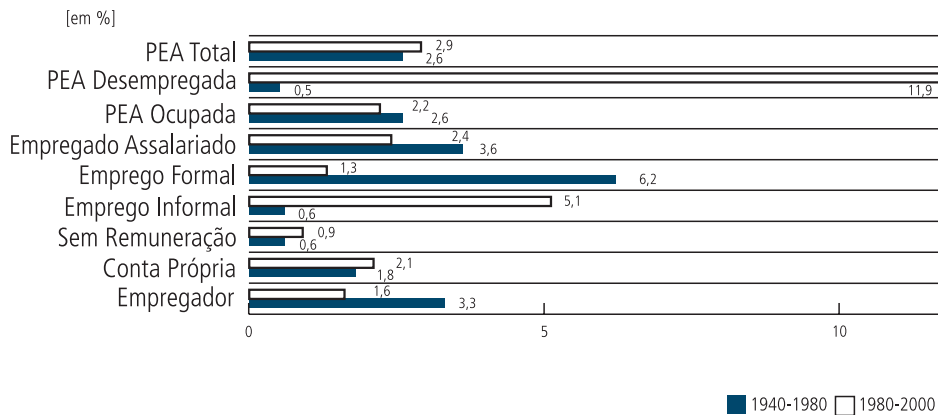
Ainda que incompleta, a tendência de estruturação do mercado de trabalho se deu em função da rápida ampliação dos empregos assalariados, sobretudo daqueles com registros formais, da redução relativa das ocupações por conta própria e sem remuneração e do desemprego. A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite observar que, para cada 10 ocupações geradas, 8 foram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e uma sem contrato.

As ocupações por conta própria, dos trabalhadores sem remuneração e dos empregadores representaram apenas 20% do total dos postos de trabalho criados no mesmo período. Assim, a taxa de assalariamento no Brasil foi de 66% do total das ocupações, enquanto na década de 1930 não ultrapassava os 20%.

1. Como homogeneização do trabalho compreendem-se as condições de acesso ao conjunto de direitos que os empregados regulares e regulamentados possuem, tais como os benefícios de cidadania (representação sindical), regulação do padrão de uso e remuneração (proteção ao trabalho), questionamento laboral (justiça trabalhista, fiscalização do Ministério do Trabalho e negociação coletiva) e de seguridade social. Sobre isso, ver Dieese (1994) e Pochmann (2003b).

GRÁFICO 1

### Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940-1980 e 1980-2000 da Evolução da PEA, da Condição de Ocupação e do Desemprego



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (organização do autor).

A ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho ocorreu a partir de 1980, com a crise da dívida externa. Além disso, a promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda *per capita* acompanhado pela desaceleração na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que abriu maior flanco para elevação do desemprego e de postos de trabalho precários.

O resultado disso tudo foi o fortalecimento da tendência de desestruturação do mercado de trabalho (desemprego, trabalho precário e desassalariamento das ocupações). Ao longo do período em referência, notou-se que de cada 10 ocupações geradas, 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem contrato formal [Pochmann (2001)].

Cerca de 30% dos postos de trabalho abertos foram por conta própria, sem remuneração e empregadores. A taxa de assalariamento, em 2002, foi de apenas 54% do total da ocupação, enquanto em 1980 chegou a ser de 2/3 das ocupações.

## 2 TRABALHO ORGANIZADO E NÃO-ORGANIZADO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Durante o período de estruturação do mercado de trabalho, ainda que incompleto se comparado com a experiência das economias centrais, observou-se a expansão do segmento organizado do trabalho e, por conseqüência, a redução absoluta e relativa do segmento não-organizado.<sup>2</sup> Nas economias centrais, a taxa de assalariamento urbana supera os 4/5 da PEA ocupada, enquanto no Brasil, em pleno auge do mercado de trabalho estruturado (1980), as ocupações no meio urbano eram compostas de 7 assalariados com contrato formal a cada 10 empregados, enquanto em 1940 somente 3 possuíam contrato formal e eram 10 assalariados.

2. A identificação dos diferentes segmentos da ocupação foi possível a partir da comparação entre as informações produzidas por pesquisas domiciliares e de censos de estabelecimento realizados pelo IBGE. De acordo com a classificação das ocupações por setores de atividade foi possível utilizar como *proxy* o comportamento das ocupações nos segmentos organizados e não-organizados. Enquanto os setores organizados são obtidos a partir das pesquisas de estabelecimento, que tendem a funcionar, em geral, de forma capitalista, os setores não-organizados são captados pela comparação entre as pesquisas domiciliares (trabalho de qualquer natureza) e as de estabelecimentos, conforme indicação do uso do trabalho com característica não tipicamente capitalista. Para mais detalhes, ver Souza (1979 e 1980), Cacciamali (1983) e Pochmann (1998).

Além do aumento significativo dos empregos assalariados com registro — reflexo da transformação do mercado de trabalho nacional — assistiu-se ao avanço do movimento de consolidação de segmentos ocupacionais organizados. Entre os anos 1940 e 1980, o emprego no segmento organizado urbano cresceu à taxa média anual de 4,9%, acima da variação da PEA (4,6%), enquanto as ocupações no segmento não-organizado aumentaram 3,9% como média anual.

Em síntese, destaca-se que para cada 10 ocupações geradas no mesmo período, 7 foram de responsabilidade do segmento organizado e 3 do segmento não-organizado. No setor secundário da economia brasileira, especialmente no setor secundário, as ocupações do segmento organizado cresceram 0,5 ponto percentual acima do segmento não-organizado, enquanto no setor terciário a diferença foi de 1,4 ponto percentual.

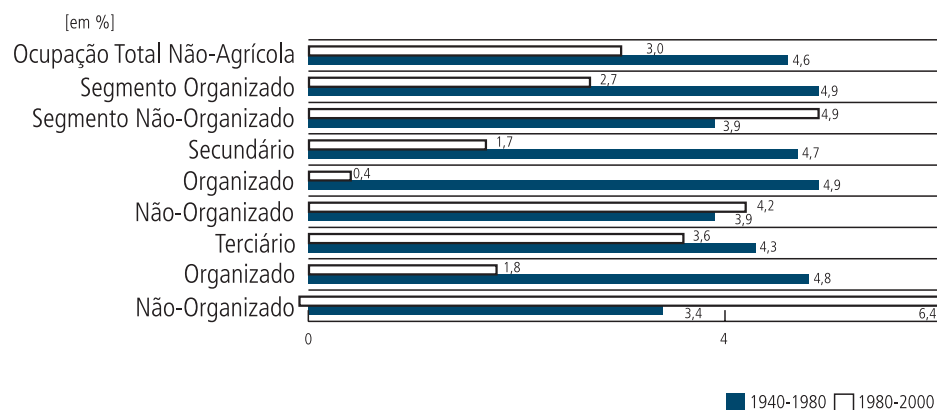
A partir de 1980, com a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho, tem ampliado o esvaziamento do segmento organizado do trabalho. Adicionada à redução na participação relativa de empregos assalariados com registro no total dos assalariados, notou-se a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana.

Entre 1980 e 2000, por exemplo, verificou-se que de cada 10 ocupações geradas, uma metade foi de responsabilidade do segmento não-organizado e a outra do segmento organizado. O terciário foi o principal setor responsável pela maior expansão do total das ocupações, uma vez que a indústria de transformação apresentou perda em sua participação relativa no total das ocupações.

Ao mesmo tempo, o segmento organizado da ocupação gerou menor variação no total das ocupações, sendo, por isso, responsável pela queda na sua participação relativa no conjunto da PEA ocupada. No segmento não-organizado, o setor terciário respondeu pela abertura de 81,8% do total dos postos de trabalho do meio urbano.

GRÁFICO 2

### Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940/80 e 1980/2000 dos Segmentos Organizados e Não-Organizados do Trabalho Urbano



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (organização do autor).

### 3 ESPAÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A referência metodológica da segmentação das ocupações entre trabalho organizado e não-organizado permite constatar a influência da hegemonia do modo de produção capitalista no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Ao longo do ciclo de industrialização nacional, o predomínio da expansão do emprego assalariado, especialmente formal, indicou as conseqüências do avanço das forças produtivas submetidas à regulação pública do mercado de trabalho.

A expansão do segmento organizado do trabalho expressou a capacidade de geração de vagas relativamente menos heterogêneas por parte das empresas tipicamente capitalistas. Não obstante o ritmo significativo de elevação do nível de emprego no segmento organizado, notou-se que parcela excedente da força de trabalho teve de encontrar alguma outra forma de ocupação e geração de renda, somente possível no âmbito dos segmentos não-organizados do trabalho.

Em geral, as atividades ocupacionais, mesmo de autoconsumo e trabalho não-remunerado, estavam — de alguma forma — dependentes e subordinados à dinâmica capitalista. Muitas vezes, inclusive, operavam em conjunto com as ocupações do segmento organizado.<sup>3</sup>

As duas principais categorias ocupacionais expressavam modos de produção não-capitalista. Uma delas referia-se às atividades mercantis simples, que não utilizavam assalariamento regular como empresas familiares, trabalhadores por conta própria e autônomos para o público (vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates, entre outros), pequenos prestadores de serviços e emprego doméstico (trabalho em domicílio e trabalho por empreitada).

Uma outra categoria ocupacional tratava das atividades pseudocapitalistas, capazes de operar com mão-de-obra assalariada, sem apoiar-se na lógica da taxa de lucro, embora estivesse — de alguma forma — subordinada ao movimento geral do capital, seja na manutenção, seja na reprodução das unidades de prestação de serviços e de produção. Nesses casos, o nível geral do rendimento do proprietário representava uma das poucas barreiras à entrada, uma vez que as ocupações não-organizadas disputavam, na maior parte das vezes, o excedente econômico gerado pelas atividades capitalistas (Singer (1981), Pereira (1978) e Kovarick (1995)).

Nesse sentido, as ocupações não-organizadas resultavam do excedente de força de trabalho proveniente, na maioria das vezes, do êxodo rural para os grandes centros metropolitanos. Sem a cultura do assalariamento e com a maior parte analfabeta e sem qualificação profissional, a força de trabalho sobrando era praticamente obrigada a se submeter às formas mais brutalizadas de exploração [Jakobsen *et alii* (2000)]

Tudo o que diz respeito à exploração da força de trabalho terminou não sendo alterado com o predomínio da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil desde 1980. Pelo contrário, observam-se contornos ainda mais rudes na exploração, com avanço inclusive do trabalho escravo e de condições de trabalho mais discriminatórias.

No entanto, deve ser feita alguma menção em relação às novas características presentes no interior do excedente adicional da força de trabalho gerada mais recentemente. Não se

3. A combinação entre segmentos do trabalho possibilita cumprir o papel importante tanto na redução do custo de reprodução da força de trabalho empregada nos segmentos modernos da economia nacional como atender às mais recentes transformações do modo capitalista de produzir. Ver mais em Oliveira (2003) e Pamplona (2001).

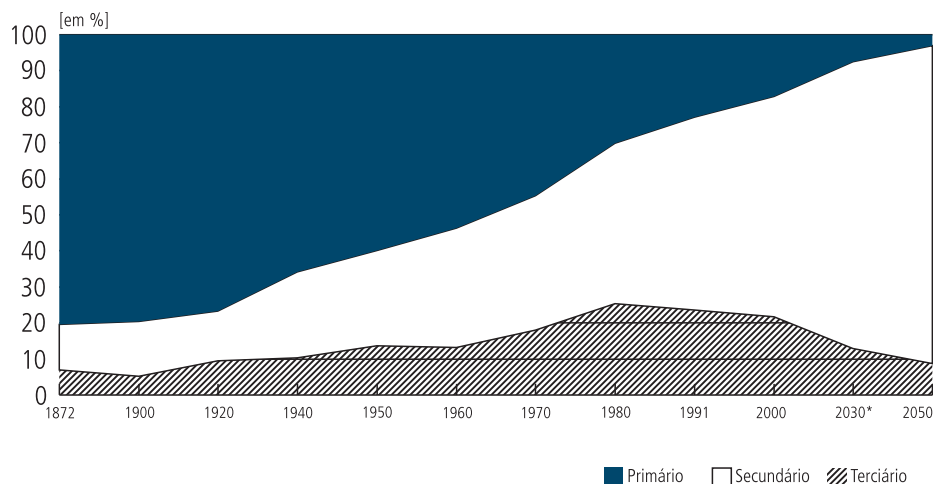
trata mais de um conjunto de trabalhadores sem passado assalariado, na maior parte analfabeta e sem treinamento profissional, nem tampouco de mão-de-obra rural imigrante e negra.

Da mesma forma, constata-se também que, de maneira simultânea às macromudanças no funcionamento geral do mercado de trabalho, teve curso uma série de microino-vações no interior das grandes empresas capitalistas. Em certo sentido, houve alterações significativas na divisão social do trabalho capitalista diante do avanço das novas técnicas de gestão e organização da produção, com características muito distintas do antigo padrão fordista.

Em grande medida, as transformações mais recentes nas grandes empresas capitalistas (terceirização, redução de hierarquias funcionais, novas tecnologias e formas de gestão da produção e de organização do trabalho) impuseram novos relacionamentos diretos entre unidades capitalistas e formas de ocupação não-capitalista (trabalho irregular, parcial, em domicílio, novo *putting-out*, entre outras).<sup>4</sup> A produção em rede e com subcontratação de mão-de-obra indireta constitui espaços pouco conhecidos de produção e geração de renda no interior do segmento não-organizado do trabalho (autônomos e consultores para a grande empresa, *free-lancer*, falsas formas cooperativadas de trabalho, entre outras).

GRÁFICO 3

### Brasil: Evolução da Composição Setorial das Ocupações



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (elaboração do autor).  
\* Estimativa.

Nesse mesmo sentido de desestruturação do mercado de trabalho contribuiu decisivamente a partir de 1990 a adoção de políticas neoliberais voltadas tanto para a privatização do setor produtivo estatal e terceirização do setor público, como para a internacionalização de parcela importante de setores econômicos nacionais. Quer dizer, a invenção de formas de produção e apropriação de renda que respondem a articulações entre o novo e o velho uso do trabalho no país (terceirização e quarteirização do trabalho, subcontratação de mão-de-obra via setor privado e organismos não-governamentais).

4. Sobre isso, ver mais em Tokman (1987), Cacciamali (1992) e Turnham *et alii* (1990).

Por outro lado, o país vem se inserindo de maneira subordinada e passiva na globalização, dependente cada vez mais da produção e exportação de bens primários (agronegócios e de extrativismo mineral). As ocupações geradas nesses setores econômicos são, em sua maioria, residuais, enquanto no meio urbano proliferam-se as vagas associadas aos segmentos não-organizados, muitas delas vinculadas à prestação de serviços aos ricos (trabalho doméstico e familiar, nas formas de segurança privada, motoristas, jardinagem, limpeza, passeadores de cães, ajudantes e preparadores sofisticados em condicionamento físico, comportamento social, compras, entre outros).

Em síntese, o setor secundário (indústria de transformação e construção civil) vem reduzindo a sua participação relativa no total da ocupação, acompanhando rapidamente o mesmo comportamento observado no setor primário (agropecuária e extrativismo). Somente o setor terciário (serviços em geral e comércio) responde cada vez mais pelo total da ocupação, especialmente pelo avanço do segmento não-organizado do trabalho.

Esse novo contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento e do conjunto do trabalho organizado produz — simultaneamente ao sofrimento humano — novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de renda. Em grande medida, destaca-se a presença de um grupo de militantes críticos e engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, somado ao contingente de deserdados pela crise do desenvolvimento capitalista no país, compreende um novo foco da economia solidária.

De um lado, pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros, foram construindo — cada um a sua maneira — mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos atomizados de pobres e desempregados. Assim, trajetórias ocupacionais anteriormente exercidas, inclusive assalariadas no interior do segmento organizado do trabalho, terminaram sendo recuperadas, muito mais do que formas inovadoras de produção para além do capital e do plano local.

Em resumo, tem sido buscada a sinergia coletiva, a partir do desenvolvimento de atividades e de saber acumulado, mesmo que vinculado, na maior parte das vezes, à produção e distribuição cíclica de renda dos segmentos pauperizados, como padarias comunitárias, artesanato local, coleta seletiva de lixo, entre outras. Todavia, sem a perspectiva geral de alternativas transformadoras do modo de vida e de realização sustentada do plano de negócios, tem ficado fragilizada a permanência do total do contingente humano envolvido, muitas vezes motivado pelo aparecimento do “bico” de sobrevivência ou mesmo de uma vaga com emprego subordinado.<sup>5</sup>

De outro lado, algumas ações de governos — nas mais distintas esferas federativas — têm resultado em medidas instrumentais à economia solidária, ainda que no bojo de políticas geralmente compensatórias e incapazes de oferecer alternativas ocupacionais diante da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesse sentido, difundem-se experiências públicas de “banco do povo”, de financiamento à incubação de cooperativas e de empreendimentos populares e tecnológicos, de redes de comercialização e autogestão, entre outras.<sup>6</sup>

5. Para uma melhor compreensão a respeito das experiências de economia solidária, ver Mance (2002), Singer e Souza (2000), Miyares *et alii* (2003) e Ponte Jr. (2000).

6. Sobre isso, ver mais em Siqueira (1999), Simão (2000), Singer (2001), Camarotti e Spink (2001) e Lesbaupin (2000).

Na maior parte das vezes, todavia, a política governamental terminou por reproduzir um certo assistencialismo improdutivo, pois ao operar como um fim em si mesmo demonstrou ser insuficiente para oferecer portas de saída emancipatória às angústias do conjunto dos excluídos.<sup>7</sup> Poucas têm sido as experiências de políticas públicas articuladas e integradas a uma estratégia de inclusão soberana e de caminhos associados à autonomia social, política e econômica coletiva.<sup>8</sup>

Nesse contexto, o papel do Estado termina sendo confundido com o ciclo político eleitoral cujo raio de atuação compensatório e incompleto não aponta para a geração de saídas emancipatórias satisfatórias. Embora haja uma politização importante em torno da crise do desenvolvimento capitalista e do fracasso das ofertas de auto-ajuda individualistas, o desempenho dos empreendimentos pouco permite a sustentação de renda para além do médio prazo.

Ações mais imediatistas e pragmáticas tendem, muitas vezes, a simplesmente reorganizar parcelas atomizadas e localizadas do excedente da força de trabalho para a promoção de inserção subordinada à economia capitalista. Tendo em vista algumas brechas do mercado, são constituídos grupos de trabalho a serem utilizados pela terceirização e subcontratação, na maioria, contudo, distante da ética da economia solidária.

#### 4 OPORTUNIDADES E LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O avanço na crise do desenvolvimento capitalista e a sua reprodução ao longo de quase 25 anos no Brasil têm gerado um quadro de esgarçamento do tecido social em que coexistem, pelo menos, distintos modos de produção.<sup>9</sup> O rebaixamento das condições e relações de trabalho é uma realidade inquestionável, quando se observa que, em 2002, somente 36% da renda nacional eram absorvidos pelo trabalho, enquanto em 1980 a renda do trabalho representava 50% de toda a renda nacional, conforme o IBGE.

Em meio a isso, constata-se que a nova composição do excedente da força de trabalho gerado, contendo trabalhadores pobres e desempregados urbanos (não mais imigrantes rurais), com mais alta escolaridade (não mais analfabetos), capacitação profissional e chefes de famílias, terminou sendo combinada, em diversas situações, com um conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção da economia solidária. Avanços já são consideráveis no país, com a presença inclusive de algumas experiências de políticas governamentais motivadoras dos princípios éticos e da autogestão.

Mas tudo isso, contudo, ainda se refere a uma fase inicial do desenvolvimento possível da economia solidária no Brasil. Ademais, não há ainda um programa que aponte para horizontes possíveis em termos de promoção da economia solidária.

Permaneceria ela reprodutora de uma fase primária, a se reproduzir intensivamente diante da crise do desenvolvimento capitalista no país? Ou haveria formulação estratégica para algo como a experiência de alguns países (França e Canadá), com ações incentivadoras da economia solidária, ainda que dependente do modo de produção capitalista?

7. Avaliações a respeito disso, ver PUC-SP (2001) Borgianni e Montano (2000), Rico (1998) e Lobato (1998).

8. Sobre experiências de políticas públicas inovadoras em termos de emancipação, ver Pochmann (2002), Soares (2002), Oliveira (2004) e Campos (2004).

9. Para alguns, o Brasil possui quatro modos de produção distintos: economia doméstica (ocupados não-remunerados no trabalho de subsistência e de construção para o próprio uso); economia protocapitalista e pré-capitalista (produção doméstica de bens para a população de baixa renda e de serviços para o mercado); economia capitalista tradicional; e economia solidária (não regida pelos princípios capitalistas). Sobre isso, ver Sachs (2002).

Ou, de outra forma, seria a promoção de alternativas direcionadas para o aprofundamento das redes de produção e distribuição fundadas no autofinanciamento em comunidades fechadas, sem comunicação e conflitos com a economia capitalista? Ou, ainda e por fim, seriam estimulados os caminhos de constituição de um sistema de empreendimentos abertos com disputa de hegemonia com a sociedade capitalista?<sup>10</sup>

Seja qual a resposta, dependendo de onde se queira chegar, torna-se inegável reconhecer o espaço de oportunidades da economia solidária no Brasil. Mesmo no âmbito da atual fase inicial da economia solidária, cabe chamar a atenção para seus limites enquanto não houver a concretização de um conjunto amplo de políticas públicas.

Sobre isso, aliás, emergem, pelo menos, cinco grandes lacunas cujo papel das políticas públicas pode ser determinante no fortalecimento da economia solidária no país. Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária.

Com isso, pode-se enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. Em outras palavras, trata-se da constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária.

Uma segunda lacuna diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária. Em certo sentido, parte-se do pressuposto de que o sistema bancário tradicional encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista.

Como terceira lacuna passível de ser preenchida por política pública resulta a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. Além da articulação das fontes institucionais existentes de financiamentos (fundos setoriais, Finep, Fapesp e congêneres estaduais) e de instituições de ensino, cabe a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária, a exemplo do que existe para a economia capitalista (Sebrae).

Uma quarta lacuna relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior. Como são, em geral, políticas direcionadas tão-somente ao modo de produção capitalista, nada mais adequado que seja realizada uma reformulação ampla e capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação.

Por fim, como quinta lacuna de política governamental surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas. Considerando que as compras do setor público representam 30% da renda nacional, parece ser impensável que a oferta de bens e serviços pertencentes à economia solidária possa continuar marginalizada.

---

10. Para mais detalhes, ver Orfeu (2002), Anteaq (1998), Jeantet (2002) e Carta Maior (2003).

O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica.<sup>11</sup> Sem isso, todavia, os limites de superação da fase inicial da economia solidária no Brasil permanecem expressivos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as páginas anteriores foi possível observar as principais tendências presentes no mercado de trabalho brasileiro. Em síntese, foram identificados dois períodos muito distintos no que diz respeito à dinâmica do trabalho.

De um lado, a tendência de estruturação do mercado de trabalho. Durante o processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1940-1980) houve a expansão tanto do emprego assalariado, principalmente com registro, como das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalistas).

De outro lado, a tendência de desestruturação do mercado de trabalho associada à expansão do desassalariamento, desemprego e ocupações nos segmentos não-organizados. Os quase 25 anos de crise no desenvolvimento capitalista resultam do abandono da industrialização nacional e da adoção de políticas neoliberais voltadas à reinserção subordinada e passiva do Brasil na economia mundial.

Não obstante o agravamento do quadro econômico e social identifica-se o aparecimento de novos espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista. A combinação entre força de trabalho sobrando às necessidades do capital de novo tipo (escolarizada e com formação profissional, não imigrante rural e com cultura de trabalho) e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária.

Essa fase ainda inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento. Com isso, seus limites de expansão passam a ser menos expressivos, constituindo-se como um modo de produção alternativo no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

ANTEAG. *Empresa social e globalização*. São Paulo: Anteag, 1998.

BORGIANNI, E., MONTANO, C. *La política social hoy*. São Paulo: Cortez, 2000.

CACCIAMALI, M. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. IPE/USP: São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. *A economia informal 20 anos depois. Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE, 1992.

CAMAROTTI, I., SPINK, P. *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. São Paulo: FGV, 2001.

CAMPOS, A. *Pobreza e direitos na cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

CARTA MAIOR. III Fórum Social Mundial. São Paulo: Petrobrás, 2003.

DIEESE. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo: Dieese, 1994.

11. A experiência local de articulação e integração de políticas públicas, derivada de uma estratégia de inclusão social que combina choque distributivo com medidas de caráter emancipatório, é tratada por Pochmann (2003a).

- JAKOBSEN, K. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: CUT/FPA, 2000.
- JEANTET, T. *A economia social europeia*. Lisboa: Poseidom, 2002.
- KOVARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LESBAUPIN, I. *Exclusão social – a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LOBATO, A. *Garantia de renda mínima*. Brasília: IPEA, 1998.
- MANCE, E. *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MIYARES, A. *et alii. Economia solidária*. Salvador FLEM, 2003.
- OLIVEIRA, C. *Políticas de combate à pobreza no município de São Paulo*. UN-Habitat, 2004 (Cadernos de Trabalho, 127).
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ORFEUIL, H. *Economia cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PAMPLONA, J. *Erguendo-se pelos próprios cabelos*. São Paulo: Germinal, 2001.
- PEREIRA, L. *Populações “marginais”*. São Paulo: Duas cidades, 1978.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Outra cidade é possível*. São Paulo: Cortez, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003b.
- PONTE JR. , O. *Mudanças no mundo do trabalho*. Fortaleza: UFC, 2000.
- PUC-SP *Renda mínima no debate internacional*. São Paulo: PUC/SP, 2001.
- RICO, E. *Avaliação de políticas sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SACHS, I. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Brasília: Sebrae, 2002.
- SIMÃO, V. *Desemprego e sobrevivência*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- SINGER, P. *Força de trabalho e emprego no Brasil*. São Paulo: Cebrap, 1981 (Cadernos Cebrap, 3).
- \_\_\_\_\_. *Políticas de apoio à economia solidária*. Brasília: Sebrae, 2001.
- SINGER, P., SOUZA, A. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SIQUEIRA, C. *Geração de emprego e renda no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SOARES, L. *Tempos de desafios*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, P. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Programa de pesquisas sobre mercado de trabalho*. Campinas: Depe/Unicamp, v. I, 1980.

- TOKMAN, V. El sector informal: quince años después. *El Trimestre Económico*, LIV (3). México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- TURNHAM, D. *et alii*. *The informal sector revisited*. Paris: OECD, 1990.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: A CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

José Ricardo Tauile\*  
Huberlan Rodrigues\*\*

### INTRODUÇÃO

A história recente registra números que indicam aberrantes deficiências sociais, abrangendo grandes contingentes das populações nas sociedades contemporâneas dos países subdesenvolvidos. Essas aberrações mostram que, não tendo as pessoas acesso aos direitos sociais básicos, são também marginais economicamente. São não apenas inúteis, como conflitantes com a construção de um país com base no bem-estar econômico com justiça social.

Assim como os demais países em situação semelhante, no que tange à organização do Estado e da economia, o Brasil vive, mais fortemente desde o final do século passado, ameaças e efetivamente o desmonte da estrutura mínima de um estado de bem-estar que possa ser responsável pela implementação e sustentação das políticas sociais destinadas a reduzir as mazelas inerentes ao capitalismo moderno.

Em especial nas economias periféricas, onde há maior dificuldade de acesso ao trabalho (formal) e importantes carências nas áreas de educação, saúde, moradia e terra, entre outras, implementar políticas de fomento e incentivo à geração de trabalho e renda, capazes de combater efetivamente a desocupação e o desemprego, causas maiores da pobreza, parece tornar-se cada vez mais imperativo. Não se quer dizer com isso que as demais políticas sociais e públicas devam ser entendidas como secundárias, ou menos importantes. Estamos, porém, direcionando nosso foco para além do combate assistencial à pobreza e de meras conjunturas do mercado de trabalho, ou seja, nosso foco é o direito ao trabalho, geração de trabalho e renda que sejam estruturalmente sustentáveis no tempo.

Os câmbios tecnológicos e sociais havidos neste período recente colocam uma nova agenda e novas demandas para o mundo do trabalho e seus gestores. A extinção de milhares de postos de trabalho na economia brasileira, a dramática diminuição de perspectivas de emprego formal nas estruturas empresariais existentes ou em criação e a conseqüente ausência de perspectiva quanto ao ingresso de jovens e mulheres no mercado de trabalho apontam para a necessidade de adoção de soluções ao mesmo tempo criativas, imediatas e eficazes.

Ao confrontarmos os números da exclusão, que são de grande monta, com os da criação de postos de trabalho (formal) mesmo quando a hipótese de crescimento da economia e geração de postos de trabalho e renda é vislumbrada e palpável, julgamos ser o fomento e o incentivo ao empreendedorismo popular coletivo (dos trabalhadores e trabalhadoras), através da autogestão de empreendimentos, muito importantes para a criação de alternativas sustentáveis, no longo prazo, ao funcionamento das economias contemporâneas.

\* Professor e pesquisador do Instituto de Economia (IE) da UFRJ.

\*\* Pesquisador do IE da UFRJ.

## A POLÍTICA SOCIAL

As sociedades e os respectivos sistemas econômicos regem-se por lógicas e regulamentos próprios. Todavia, sua existência histórica estabelece periodicamente a necessidade de lidar com imprevistos maiores ou desajustes sociais intoleráveis, que forçam uma correção de rumos em maior ou menor grau. A própria história do capitalismo revela casos em que o modelo viu-se fragilizado, como no início do século XX, quando a sociedade européia foi açambarcada por avassaladora enfermidade social. As más ou péssimas condições de remuneração e condições de trabalho se fizeram sentir fortemente no sistema industrial que estava em vigor, em consequência da liberdade de contratar e demitir. Essa liberdade freqüentemente levava os trabalhadores, principalmente mulheres e crianças, ao esgotamento físico, em decorrência das extenuantes jornadas de trabalho. Sobre esse contexto escreveu Amauri Mascaro Nascimento: “A família viu-se atingida pela mobilização da mão-de-obra feminina e dos menores pelas fábricas. Os desníveis entre as classes sociais fizeram-se sentir de tal modo que o pensamento humano não relutou em afirmar a existência de uma séria perturbação ou problema social” [Nascimento (1989)]. Quando os trabalhadores revelaram publicamente os desconfortos vividos por eles e suas famílias, tomou corpo, como antítese à questão social, a demanda por maior justiça social. Tal desequilíbrio e o respectivo clamor por justiça social foram absorvidos pelas lideranças da época, sendo contido ou minimizado por disposições jurídicas ordenadoras do bem-comum, uma legislação de proteção do trabalho e a criação em 1919 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A política social, entendida como “(...) resposta ordenada às deficiências sociais e que deve servir à promoção humana, procurar alcançar o bem-estar social mediante um conjunto de medidas coerentes aptas para lograr uma ordem social justa” [Podetti (1982)], aparece no final do século XIX, nas sociedades industriais, trazida pela necessidade de intervenção do Estado nas relações sociais. Como acentua Podetti (1982): “A essência e funções básicas do bem-comum enquanto tal corresponde à noção de ordem social.”

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

No final do século passado um elemento novo apareceu no cenário econômico e social brasileiro: a economia solidária, principalmente através da autogestão de empreendimentos.

Responsável pela existência no país de expressivo número de trabalhadores organizados democrática e igualmente em empreendimentos econômicos (principalmente sob a forma de cooperativas autogestionárias), o fenômeno difundiu-se do Oiapoque ao Chuí na década de 1990. A rigor, não se trata de nenhuma inovação no direito societário brasileiro, mas identificam-se possíveis sinergias no âmbito concreto de novas relações de trabalho, como um elemento a mais na viabilidade dos empreendimentos econômicos contemporâneos. Trata-se agora de cooperativas urbanas que surgem em grande número, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais combinado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas.

O mais notável é que esse tipo de empreendimento, constituído por renovados atores engajados e interessados em seu sucesso, freqüentemente é, por isso mesmo, não só viável, como sustentável ao longo do tempo, promovendo portanto o desenvolvimento econômico e social. Para sociedades debilitadas de políticas públicas pertinentes e com elevados índices de desocupação e carência de renda para a maioria da população, cresce a importância de um elevado grau de apoio político-institucional para esses empreendimentos e suas respectivas bases de fomento (educação, crédito etc.), enfim à Economia Popular Solidária.

Nesse contexto, a necessidade de criação ou preservação de postos de trabalho e renda, legítima naturalmente esses empreendimentos, marcados pela organização e solidariedade, sobretudo pelo empreendedorismo popular e solidário, e os configura como típicos ícones de um novo estado de coisas que se avizinha.

Ora, crises são elementos constitutivos da evolução do sistema capitalista que acirram polarizações de interesses conflitantes entre os atores econômicos e agravam contradições, as mais diversas, intrínsecas à sua lógica de funcionamento social. As crises são freqüentes. Na verdade são mais freqüentes do que exceção. Há, por isso mesmo, quem diga que o surpreendente é como, apesar disso, o sistema funciona, se expandindo ciclicamente. Nos períodos em que elas se apresentam mais profundas, duradouras e complexas não é incomum ocorrer/incorrer à busca de alternativas de toda natureza que permita ao menos a reinserção econômica de parte daqueles marginalizados ou mesmo excluídos pela dinâmica capitalista anterior. São períodos em que, como mostra a história, o sistema passa por ajustes, alguns deles bastante significativos a ponto de configurarem transformações até/inclusive de natureza estrutural.

É possível argumentar que o capitalismo moderno constituiu-se de maneira intrinsecamente conflitiva entre os agentes de produção, sejam eles capital ou trabalho.<sup>1</sup> O sistema desenvolve-se num contínuo e pulsante movimento de polarização entre a inclusão seletiva de agentes que tornam cada vez mais denso e destacado seu núcleo dinâmico central e, em contrapartida, a repulsão excludente de massas cada vez mais amplas de trabalhadores para periferias marginalizadas local e internacionalmente. Ao longo da história moderna, muitas foram as tentativas práticas de solucionar os problemas que daí advêm utilizando comportamentos mais cooperativos e uma dinâmica mais solidária entre os agentes da produção social, produzindo novos formatos de composição societária para operacionalização de processos produtivos, o que se convencionou chamar de “empresas de autogestão”. Ao revelar esses “novos atores”, tais conformações geram impactos na estrutura econômica brasileira, bem como na superestrutura jurídica. Nesse diapasão, torna-se imperioso produzir e sistematizar os conhecimentos sobre práticas existentes e iniciativas propositivas na Sociedade e Estado brasileiro de modo que tais iniciativas sejam mais eficazes para promover sua expansão e consolidação. Inúmeras foram também as teorizações sobre o que significaram ou poderiam vir a representar tais experiências, umas bem, outras malsucedidas. Nesse longo rol poderiam ser colocados desde os socialistas utópicos ou “associacionistas” (Owen, Fourier, Proudhon, etc.), como a marcante Cooperativa de Rochdale e até, mais recentemente, a surpreendentemente bem-sucedida multinacional Mondragón Corporação Corporativa, com base no País Basco.<sup>2</sup>

Após cerca de cinco décadas de vigoroso crescimento industrial, a economia brasileira, refletindo as contradições do sistema, perdeu dinamismo nos anos 1980 e viveu uma década de estagnação e de aceleração inflacionária. Quando adentrou a década de 1990, o quadro internacional já refletia aquilo que chamamos de inchaço do capital financeiro, o qual, aproveitando a difusão de uma nova estrutura de comunicações pelo espaço cibernético, consolidou o mercado mundial para bens e valores, operado em tempo real numa jornada de trabalho de 24 horas [ver Tauile e Faria (1999)]. Em paralelo, políticas de cunho neoliberal,

1. No mínimo por força de o padrão de concorrência dominante priorizar a redução de custos (de trabalho e de capital).

2. Conforme Santos, B. e Rodriguez, C, na introdução do livro *Produzir para Viver*, Civilização Brasileira, 2002, p. 37, “o complexo econômico Mondragón (...) começou em 1965 (...) pertence aos 30.000 trabalhadores de suas fábricas, da cadeia de supermercados, do seu banco e da sua universidade”. Seu faturamento anual é estimado em mais de US\$ 18 bilhões.

marcadas pela ênfase na desregulamentação dos mercados internacionais e nacionais — especialmente os financeiros — e pela prioridade atribuída à estabilidade da moeda, foram então definidas pelo Consenso de Washington, configurando a chamada globalização financeira.

O Brasil não escapou desse roldão. A implementação daquelas políticas liberalizantes na década de 1990 se, por um lado, conteve o processo superinflacionário local, por outro fez com que crescesse bastante o número de falências bem como os índices de desemprego na economia brasileira. Outro fato marcante da época foi um movimento de venda de empresas de propriedade de brasileiros, até então bastante bem-sucedidas mesmo em padrões internacionais, para empresas estrangeiras num processo que atingiu em cheio diversos e importantes segmentos da indústria no Brasil, como foi o caso da desnacionalização do setor de autopeças.

Os índices de desemprego cresceram e seguiram batendo recordes sucessivos até os dias de hoje, apesar do aumento da oferta de empregos no país. Mas a conseqüência do índice de desemprego ou desocupação e ausência de renda é que dispararam a marginalidade e a informalidade, esta também em nível recorde, superior atualmente a 50% da força de trabalho ocupada.

### A AUTOGESTÃO

A questão da autogestão no Brasil teve, assim, campo fértil para surgir e se difundir nos anos 1990. Trabalhadores de empresas em estado falimentar ou pré-falimentar desempregados, ao resgatar elementos de sociedade de pessoas com caráter econômico, possibilitando uma gestão democrática e participativa no empreendimento, começaram a se associar, principalmente sob a forma de cooperativas, para manter funcionando as instalações das antigas empresas. Foi o caso — inaugural —, no início dos anos 1990, dos trabalhadores da Makerli, empresa de razoável porte do ramo calçadista, em Franca/SP, que se organizaram sob a forma cooperativa para tentar salvá-la. Empresas desse tipo, e em todo o país, foram progressivamente se associando e surgiu, logo a seguir (1994), a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), que no início desta década já contabilizava o acompanhamento de um conjunto estimado em 150 empresas, sendo a grande maioria cooperativas e envolvendo cerca de 30 mil trabalhadores [ver Tauile (2002)].<sup>3</sup> Na prática, essa entidade tem exercido um papel não só de aglutinador de interesses de trabalhadores e empreendimentos que lutam pela oportunidade de uma inserção econômica em um contexto de relações solidárias de produção, como também de formação profissional e empresarial; tem como missão: promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recriar trabalho e renda, desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores através do interesse pelas ações solidárias e fraternas, e representando empresas autogestionárias.

Os atores são grupos de trabalhadores — que possuíam ocupação — que estão desempregados ou em vias de sê-lo ou mesmo os que nunca tiveram acesso a um posto formal de trabalho e criam seus empreendimentos para manter ou criar postos de trabalho e renda.

O diferencial, contudo, desses empreendimentos está na forma (e natureza) da gestão, que, assentada em princípios de democracia, igualdade e solidariedade, consagra os ganhos de sinergia gerados no processo, e também na caracterização de uma sociedade de pessoas.

3. Costumamos dizer que, mais do que valor estatístico, esses números dão uma idéia do contingente de pessoas que têm tentado por esta via (do trabalho cooperativo e autogestionário) garantir o pão nosso de cada dia, para si e suas famílias.

As formas pelas quais surgem os empreendimentos de autogestão são distintas, muito embora seus formatos societários não se desviem dos moldes tradicionais, em vigor na ordem jurídica brasileira, e mesmo internacionalmente, embora na Europa seu aparecimento e evolução guardem particularidades próprias das suas diferentes histórias.

Suas formas de surgimento, então, são:

a) Criação de postos de trabalho e renda através da associação de trabalhadores, o que leva os trabalhadores a um processo de (re)inclusão social e econômica a partir da auto-organização para geração de trabalho e renda, exemplificada pela constituição de cooperativas, associações de produção ou de outros modelos societários (quando o número de trabalhadores é inferior a 20).

b) Recriação de postos de trabalho e renda através de arrendamento judicial de parque produtivo de empresa falida pelos respectivos trabalhadores, agora organizados em nova estrutura societária — empresa de autogestão —, o que ocorre quando eles, a partir de despacho judicial, assumem o ativo produtivo da massa falida, a linha de produção das empresas, em virtude da falência da empresa que os empregava. (Isso não quer dizer que novos trabalhadores — que não pertenciam à falida — não possam integrar a “nova” empresa autogestionária.)

c) Trabalhadores organizados arrendam um empreendimento econômico em estado pré-falimentar, no qual trabalham, para gerir a produção a partir de uma outra estrutura societária — empresa de autogestão —, geralmente quando essas empresas possuem dificuldades de gestão, administração, produção e/ou econômicas.

d) Hipótese menos freqüente, mas contratos que também existem no país, é a compra de empresa por trabalhadores organizados em empreendimento coletivo, a partir de estudo de viabilidade econômica e condições de sustentabilidade da empresa, contraindo crédito e comprometimento financeiro, assumindo o negócio a partir da análise da viabilidade econômica.

e) Reconversão para autogestão de cooperativas e/ou associação de produtores, antes organizadas em cooperativas ou associações sem a devida ênfase ao processo de gestão democrática e participativa de seus sócios, passando a integrar o universo da Economia Popular Solidária praticando seus princípios e adentrando o processo de funcionamento em redes de cooperação.

Quando nos referimos à Economia Solidária e aos Empreendimentos Autogestionários, portanto, respectivamente, estamos nos referindo a um conjunto de elementos de fomento e suporte e às empresas formalmente constituídas ou grupos com potencial de constituição. Estamos falando de administração e gerenciamento fundamentados na democracia e na igualdade de direitos e responsabilidades; sociedades econômicas cuja natureza jurídica caracteriza-se por ser sociedade de pessoas, as cooperativas. Mesmo as sociedades juridicamente de capital, como as Sociedades Anônimas (S.A.) ou Limitadas (LTDA.), sendo autogestionárias, preservam caracterizações das sociedades de pessoas, como as cooperativas, pois, estatutária ou contratualmente, preservam elementos de democracia e igualdade entre os trabalhadores associados.

Avaliar o sucesso até aqui havido nas experiências com empreendimentos autogestionários não é uma tarefa muito simples em função da diversidade de variáveis que se deve levar em consideração em cada caso como, por exemplo, o respeito a práticas de

gestão democrática inerente aos ideais solidários. Dependendo das referências conceituais utilizadas, umas experiências têm sido mais, outras menos bem-sucedidas, e outras ainda fracassaram, encerrando suas atividades. Sucumbiram economicamente por inúmeras e variadas razões, tanto conjunturais como estruturais.<sup>4</sup> A regra básica comum talvez seja apenas a da árdua e contínua luta pela sobrevivência a cada dia em um ambiente externo inóspito que não lhes fornece nada de acolhedor, nada de estimulante, nada de protetor.

No âmbito do cotidiano interno do empreendimento, que pretende funcionar segundo uma nova lógica (mais solidária e democrática), encontram-se também dificuldades peculiares significativas no Brasil. A primeira e mais básica delas é o trabalhador não conseguir se ver, se sentir como empreendedor, dono do e responsável pelo negócio; perceber que não sendo mais meramente um empregado deve desapegar-se do salário enquanto tal, pois agora tem direito a uma remuneração por sua atividade na forma de retirada, já que o negócio é seu; além do mais, muda sua função econômica, agora como proprietário do empreendimento, o que dá direito igualmente também a participar nos seus resultados positivos, nos seus lucros ou sobras; por tudo isso deve ter o maior interesse em que o processo de produção no qual está inserido funcione da melhor maneira possível.

Esses elementos, se devidamente desenvolvidos e articulados, sinalizam um potencial grande de desenvolvimento de lógicas econômicas alternativas que sejam mais eficazes socialmente.<sup>5</sup> Entretanto, a luta pela sobrevivência cotidiana tem sido de tal ordem dura que inclusive questões ambientais e de segurança no trabalho, que interessam diretamente ao próprio trabalhador, têm sido sistematicamente negligenciadas e por vezes, o que é raro, até mesmo desprezadas.

Diante desse quadro, urge conhecer melhor as questões que envolvem a formação, o funcionamento e o formato jurídico dos empreendimentos autogestionários, para que os limites de realização de seu potencial no Brasil fiquem mais claros e possíveis ações de estímulo sejam mais eficazes. Em face desse quadro, podemos nos fazer — primeiramente — a seguinte pergunta: deveriam tais empreendimentos ser entendidos estritamente como parte de uma política assistencial (de suporte), ainda que com um perfil de mais integridade econômica e social (sem maiores expectativas, todavia, de que possam constituir um núcleo germinador de transformações estruturais)?

Ou, um pouco mais do que isso, deveriam eles ser percebidos e utilizados como um recurso para ser efetivamente usado, porém com limitações nítidas sob certos ângulos de análise como, por exemplo, o alcance mercantil das atividades econômicas de um determinado tipo de cooperativas? Ou ainda, sob uma ótica mais otimista, poderiam essas experiências (e seus ensinamentos) constituir-se como um guia de orientação para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social? Afinal, o exemplo da Mondragón Corporação Cooperativa no País Basco e o da Federação de Corporações Laborais (Fesalc) na Espanha, faz crer que os limites para modelos de expansão de uma “Economia Social”, como chamam os

4. Entre estas estaria o “custo da alteridade social” na medida em que o sistema econômico e jurídico não faz provisões para esse tipo de empreendimento e muito menos tem mecanismos de incentivo ao seu surgimento e difusão. Esse custo adicional se materializaria, por exemplo, nas dificuldades burocráticas e “culturais”, de parte a parte, para obtenção de crédito e apoio tecnológico.

5. *Mutatis mutandis*, e diferenças culturais à parte, é possível fazer paralelos interessantes com alguns aspectos da experiência japonesa de maior participação trabalhadora no funcionamento da produção através do engajamento estimulado. Seria agora o caso do “engajamento interessado”; genuinamente interessado.

espanhóis, não são tão estritos (nem estreitos) assim. Fazem, portanto, sonhar aqueles que crêem haver formas alternativas de globalização.

À semelhança, o Estado do Rio Grande do Sul e algumas de suas prefeituras, governados pelo Partido dos Trabalhadores, sensibilizados com a premente necessidade de criar ou recriar postos de trabalho e gerar renda, tomaram iniciativas conjuntas no sentido de promover a cooperativização de desempregados concentrados em determinadas regiões ou resultantes de processos falimentares localizados e individualizados. A experiência havida naquele Estado, especialmente durante a segunda metade do Governo Olívio Dutra pela ação da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedaí), através de seu Programa de Economia Popular Solidária, foi efetiva e chegou a constituir programa específico de formação de monitores e técnicos de extensão em autogestão (Teag) para ação direta mais eficaz no campo de trabalho. A grande maioria dos processos ainda está em curso, o que dificulta a obtenção de resultados conclusivos, especialmente os de longo prazo. Entretanto, sem dúvida o grau de sucesso pode ser considerado bastante grande se levarmos em conta, meramente, a preservação (ou recuperação) dos postos de trabalho e da respectiva renda.

Cada vez mais prefeituras de cidades brasileiras têm dado atenção à questão da inserção cidadã, formulando e implementando políticas específicas como, por exemplo, através do empreendedorismo trabalhador. Dentre as muitas que poderiam ser citadas, destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A incubagem de cooperativas autogestionárias tem sido um dos instrumentos desse tipo de política, implementada por incubadoras tecnológicas universitárias. É o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Coppe, uma bem-sucedida atividade de extensão da UFRJ, criada em 1995, que serviu de modelo para a constituição de outras ITCPs, sediadas em outras universidades e hoje estreita seus laços de atuação juntos às prefeituras de importantes cidades do país, como a de São Paulo e a do Rio de Janeiro, entre outras, através da participação nos respectivos programas estaduais e municipais de geração de trabalho e renda.

Em nível federal, a medida da atenção que o tema passou a merecer pode ser dada pela recente criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Embora tenha um cunho mais amplo, essa iniciativa do atual governo federal gerou grandes expectativas quanto à realização do potencial nela contido, em especial o de estimular a difusão de cooperativas autogestionárias. O preenchimento desse potencial, todavia, somente poderá ser avaliado quando a Senaes, relativamente recém-criada, tiver tido tempo e recursos para desenvolver efetivamente seu trabalho.

Diante disso, há várias questões postas na cena do Brasil contemporâneo.

*a) Seria esta uma forma viável e eficaz de incorporar trabalhadores excluídos do circuito econômico atualmente?*

*a1) Em caso positivo, como aperfeiçoá-la?*

*a2) Em caso negativo, e se possível, como corrigi-la?*

*b) Que tipo de empreendimento estaria propenso a incidir neste acerto ou naquele erro?*

*b1) A partir da identificação de um rol de acertos e conquistas, verificar a possibilidade de se inferir algum padrão de configuração que pudesse estar associado a este ou aquele comportamento, que induza acerto (ou erro) justificável por qual racionalidade ou tipo de empreendimento.*

b2) Ao contrário, delinear um rol de erros e dificuldades oferece a oportunidade de buscar padrões de causalidade em sua incidência, de modo a vislumbrar possíveis cominhos de sua superação.

c) Estaria esta prática fadada a ser um nicho do sistema ou poderia ter a pretensão de nuclear um padrão alternativo de desenvolvimento, que seja viável e, se possível, eficiente economicamente, bem como eficaz socialmente?

c1) Mais do que isso, admitindo-se que o empreendimento seja viável no curto prazo, haveria indícios de que esse padrão cooperativo e/ou solidário de comportamento econômico, por ser legítimo socialmente induziria maior “propensão” ao empreendimento ser sustentável no longo prazo? E, nesse caso, quais seriam esses indícios? Por exemplo, em que medida o estabelecimento de relações de confiança entre os agentes econômicos que cooperam nessa forma de economia solidária tenderia a facilitar os agenciamentos, gerar economias de escala e reduzir os chamados custos de transação entre si? Haveria qualificações específicas de determinado tipo de relacionamento (*relation specific skills*) que, se existentes/detectáveis, dotariam o empreendimento de “vantagens comparativas contemporâneas”, onde a legitimidade social das ações de curto prazo, mantidas no tempo, consubstanciariam a sustentabilidade econômica no longo prazo.

Perde-se a conta diante de tantas outras indagações da mesma ordem que se sucedem, por vezes reformulando, de maneira mais clara, as mesmas questões. Qual a propensão ao sucesso que um comportamento solidário e democrático traria para um empreendimento contemporâneo? Até que ponto, ou em que condições, a gestão coletiva e democrática do processo de produção é viável em um ambiente que se antagoniza radicalmente com esses valores? Do mesmo modo, como se altera o comportamento econômico quando há (ou não) propriedade coletiva? Seriam determinadas práticas mais afeitas a este ou aquele tipo de comportamento? Por exemplo, seria correto supor que, quando o processo de cooperativa atinge exclusivamente o chão de fábrica, o empreendimento tem dificuldades de estabelecer uma relação de equidade com os segmentos mais dinâmicos do mercado em que está inserido? E que isso tanto mais será quanto mais importante for o desenvolvimento científico e tecnológico para os padrões de desempenho daquele segmento? Qual o espaço e a oportunidade que existem para o fomento de cooperativas (autogestionárias) de base tecnológicas? Qual o papel das comunidades locais na promoção dessas ações de estímulo e de fomento a um modelo alternativo, mais democrático, de geração de valor social e, possivelmente, superior de inserção econômica? Quais são as referências restritivas (*constraints*) reais à concepção e ao funcionamento desse tipo de empreendimento?

É necessário que nos façamos essas perguntas. Dos custos da modernidade passa-se, então, à diversificação e à qualidade na contemporaneidade. Do conflito à cooperação. Assim entendeu Mondragón que anuncia em sua elaborada página da internet que passou da qualidade do produto (para além da certificação) à qualidade da gestão.

E não poderia ser a qualidade da gestão o diferencial nos dias de hoje para garantir a viabilidade do negócio? Mondragón, na Espanha, demonstra a necessidade desse outro olhar para a certificação e registrar números sólidos de crescimento tanto de postos de trabalho como de faturamento empresarial e renda para os trabalhadores, da mesma maneira que garante a qualidade dos seus produtos, base para o crescimento dos negócios e econômico.

No Brasil há, nos dias de hoje, um número já bastante significativo de empresas autogeridas, em variados setores da produção tais como metalúrgico, têxtil, coureiro-

calçadista, plástico, alimentação, agroindustrial, sulcro-alcooleiro, construção civil, serviços, entre outros, que se organizam e operam “autogestionariamente”, apesar de a ordem jurídica não as reconhecer como tal e não lhes dispensar o tratamento devido, neste momento da história do país. A justiça e a dignidade da organização e produção autogestionária expressam-se na legitimidade social e na viabilidade econômica desses empreendimentos. Por isso, merecem um olhar especial da sociedade e do Estado, de modo a lhes prover (mesmo que inicialmente à constituição do empreendimento — período de incubagem) adequada formação, educação, capacitação de crédito e recursos tecnológicos. Tais iniciativas, ao gerar dezenas de milhares de postos de trabalho e renda, com uma perspectiva alternativa de sustentabilidade no longo prazo, além de ajudarem o país a crescer, contribuem com a elevação do bem-estar da população e, conseqüentemente, com seu desenvolvimento econômico e social.

A expressiva quantidade de interrogações que o assunto estabelece e que foram aqui inicialmente delineadas não deve desanimar o leitor e o formulador de políticas públicas. Ao contrário, torna-se urgente começar a buscar, de imediato e com maior profundidade, as respectivas respostas. Parece-nos que tais questões espelham a importância desses empreendimentos no cenário econômico, político e social do Brasil contemporâneo. Acreditamos que daí irão decorrer elementos que poderão ajudar a construir um efetivo — e eficaz — engajamento do Estado, como aconteceu em outros países, cujos modelos nos servem de exemplo.

### **BIBLIOGRAFIA**

- NASCIMENTO, A. M. *Curso de Direito do Trabalho*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1989.
- PODETTI, H. *Política social: objeto y principios básicos. Desarrollo social. Planificación y técnica. Política laboral y de la seguridad social. Políticas sectoriales*. Astrea, Bs. As, 1982 (tradução livre).
- TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. In: *Revista de Economia Contemporânea*, 1º semestre de 2002.
- TAUILE, J. R., FARIA, L. A. E. As transformações no capitalismo contemporâneo e sua natureza à luz de Marx. In: *Revista de Economia Política*, v. 9, n.1, jan.-mar., 1999.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO?\*

Bruno Marcus F. Amorim\*\*

Herton Ellery Araújo\*\*

“O problema político da humanidade é combinar três questões: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.” (J. M. Keynes, 1926)

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta nota técnica é, a partir de uma análise resumida do contexto histórico internacional e nacional e também do atual estágio do movimento social da Economia Solidária no Brasil, extrair elementos para se analisar o recém-criado programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” e perceber o seu potencial de contribuição para resolver o problema do emprego e da inclusão social no país.

### 2 PEQUENA DIGRESSÃO HISTÓRICA

#### 2.1 O contexto internacional

O modo de produção capitalista, sem dúvida, proporcionou uma verdadeira revolução na produtividade econômica e na liberdade individual, com relação ao que existia na Europa pré-capitalista. A questão da justiça social, ou melhor, da distribuição equitativa do aumento da produtividade, no entanto, é controversa desde os primórdios do desenvolvimento capitalista. Cabe também qualificar melhor o conceito de liberdade: a liberdade outorgada ao indivíduo é tanto de se lançar no mercado com seu capital, inclusive o de sua força de trabalho, bem como de estabelecer contratos. Nesse sentido, a liberdade, combinada com a expropriação dos meios de produção (a terra, por exemplo), cria a possibilidade de um mercado de trabalho, onde os cidadãos desprovidos de outra forma de capital estabelecem livremente contratos de venda da sua força de trabalho aos cidadãos proprietários de capital. Aqui se encontra a centralidade do desenvolvimento capitalista, o trabalho assalariado.

Desde o início do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a discussão sobre a exclusão de parcela da população dos ganhos de produtividade e as tensões provocadas pelas inserções desiguais dos cidadãos na economia de mercado vêm preocupando diversos pensadores. Procuraremos resumir o contexto no qual surge a Economia Solidária.

\* A elaboração de parte desta nota teve como base o relatório final da pesquisa “Participação Social na Política de Emprego, Trabalho e Renda: Casos de Economia Solidária e Pequenas e Médias Empresas”, elaborada pelos autores, junto com Ademar Sato, Bernardo Kijlsberg, a consultora Christiane Girard, Márcio Bortolozzo, Luzinete Nunes, Helena Corrêa e Tânia Cruz.

\*\*Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

Thomas More escreve a *Utopia*, obra que critica a economia de mercado, quando os grandes proprietários de terras expulsam os camponeses da Inglaterra para proceder à criação de carneiros em maior escala (pré-industrialização). Ele evoca uma ilha utópica onde os humanos viveriam em comunidade sob um regime de propriedade coletiva. Na segunda metade do século XIX aparece uma utopia vivenciada através das concepções de Fourier, Owen e Proudhon. Eles concebem modelos de comunidades, cidades de cooperação, “Falanstere” a fim de demonstrar a superioridade dessa forma de organização econômica. Embora elas tenham fracassado, acabaram por inspirar formas mais locais e modestas de solidariedade econômica. Entre elas, é necessário mencionar as cooperativas de trabalho nascidas na França sob a impulsão de Buchez (1864), as cooperativas de Rochdale na Inglaterra (1844) e as caixas rurais de créditos de Raiffessen na Alemanha (1864).

A partir da segunda metade do século XIX parte do movimento da economia social concentrou-se na formação de uma alternativa global ao desenvolvimento do capitalismo, sendo que as vertentes comunistas e socialistas resultaram nas experiências concretas dos regimes comunistas, começando pela União Soviética. Houve, por outro lado, o desenvolvimento de vertentes cujo escopo restringiu-se a diminuir os efeitos negativos do capitalismo e responder às necessidades não contempladas por ele. Nasce a corrente socializante fundamentada na idéia de cooperação, cujo princípio é a solidariedade mútua entre os homens e a corrente social-cristã, na qual a caridade é o princípio social. Na Europa os governos encontraram formas jurídicas para permitir que as cooperativas e associações realizassem suas metas, motivo pelo qual, segundo alguns autores, as igrejas não se ocuparam do espaço social.

As duas esferas, da economia de mercado e do social, vão se reconciliar na esfera da proteção social. Quer dizer, o trabalho, que era central para se conceber a liberdade no desenvolvimento industrial, continua a ser central no século XX ao permitir a diminuição das tensões provocadas pelas inserções desiguais dos cidadãos na economia de mercado através do acesso à proteção social.

As corporações e associações do final do século XIX e começo do XX assumiam para os seus membros os riscos inerentes ao trabalho: morte, doença, invalidez etc. Com a formação do Estado-Providência esses riscos são assumidos por todos por meio do Estado Democrático redistributivo. Dessa forma, os ganhos de produtividade são, em parte, utilizados para oferecer ao trabalhador a segurança e tranqüilidade necessárias ao bom desempenho do trabalho. Durante a vigência do Estado de bem-estar social continuou existindo a ajuda a membros da comunidade local, mas o setor cooperativista mobiliza capital reduzido.

Porém, a partir da primeira crise do petróleo em 1973, o “Estado-Providência” começou a entrar em crise, com o aparecimento de dificuldades para o seu financiamento. Por conseguinte, reapareceram as fraturas sociais do início do desenvolvimento industrial. Nesse momento, as experiências solidárias ressurgiram, embora tenham permanecido subsidiárias do capitalismo, sem ganhar visibilidade.

## 2.2 O CONTEXTO NACIONAL

No caso brasileiro, assim como o de outros países subdesenvolvidos, observa-se um quadro muito diferente do descrito no subitem anterior. A formação do mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, de acordo com a exposição de Cardoso (2000), valeu-se de uma base ampla de trabalhadores que antes eram escravos, de imigrantes e de outros despossuídos. Os processos de industrialização e de urbanização ocorridos na década de 1930 acabaram por

estruturar um mercado de trabalho no Brasil, com o crescimento do assalariamento formal, notadamente a partir da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Ao longo do período 1940/1980, observou-se uma expansão do assalariamento formal (ocupações regulares e registradas em carteira) no país, acompanhando a expansão do núcleo dinâmico do capitalismo no país, fundado basicamente na indústria.

Porém, dado o padrão do desenvolvimento brasileiro, sempre existiu uma parcela do mercado de trabalho brasileiro que era menos estruturada, com formas de relações de trabalho distintas do assalariamento. Essa heterogeneidade, de acordo com Cardoso (2000), refletia os desníveis de organização das unidades produtivas: onde o conjunto de empresas líderes nos setores, de origem transnacional, apresentava produtividade mais alta e tinha pouca concorrência, o que lhes permitia se apropriar de uma parcela maior do excedente social, enquanto as outras unidades produtivas eram mais atrasadas. Já os trabalhadores rurais que migraram para as cidades, os negros e outras parcelas da população acabaram por formar uma parcela marginalizada e pouco estruturada do mercado de trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro não cumpriu a sua função distributiva, diferentemente do que ocorreu na Europa. A visão predominante no Brasil era de que o desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização iriam trazer naturalmente uma redistribuição de renda e a incorporação dos trabalhadores brasileiros às relações de trabalho assalariadas, o que acabou não ocorrendo.

A partir da década de 1980, com o fim do ciclo de crescimento da economia brasileira, iniciou-se uma ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho brasileiro. A partir daí, a tendência de aumento do assalariamento começou a se reverter, o que era evidenciado pelo aumento do peso relativo dos trabalhadores sem carteira assinada, dos pequenos empregadores e dos trabalhadores por conta própria. Em síntese, o mercado de trabalho brasileiro na década de 1980, ainda era capaz de gerar empregos em um bom ritmo, mas os empregos gerados passaram a ser mais precários. Essa tendência se manteve até os primeiros anos da década de 1990. Além disso, ainda na década de 1980, começou-se a perceber que o crescimento econômico não era garantia de redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, a Constituição de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção social e participação social.

A face do mercado de trabalho brasileiro começou a mudar na segunda metade da década de 1990. A taxa de desemprego, que era relativamente baixa na década de 1980, começou a se elevar. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no universo das pessoas de 16 a 59 anos, a taxa de desemprego no Brasil foi de 9,2% em 2002 contra 6,2% em 1995, enquanto a taxa de participação foi de 73,3% em 2002 contra 73,2% em 1995. Portanto, a taxa de participação não parece ser um elemento que esteja pressionando a taxa de desemprego geral. Na verdade, o crescimento da ocupação passou a ocorrer em um nível inferior ao necessário para absorver o aumento decorrente do crescimento demográfico. O aumento do desemprego é causado principalmente pelo desempenho da economia, que não conseguiu estabelecer períodos de crescimento sustentado ao longo dos últimos 20 anos. Outro fenômeno importante por trás do problema do desemprego é a destruição de postos de trabalho ocasionada pela reestruturação produtiva das empresas brasileiras (fenômeno observado notadamente na indústria), um processo desencadeado, em grande parte, como reação à abertura comercial iniciada no início da década de 1990.

Além disso, nessa mesma década, observou-se uma continuidade no processo de precarização do emprego e do aumento da proporção de ocupações não-assalariadas. In-

cluimos nesse grupo os trabalhadores sem carteira, os ocupados por conta própria,<sup>1</sup> os não-remunerados, os trabalhadores na construção para o próprio uso e os trabalhadores para o autoconsumo. A proporção desse grupo em 2002, de acordo com a PNAD, era de 58% do total de ocupados. Isso quer dizer que cada vez mais trabalhadores estão ficando sem acesso a direitos trabalhistas e a diversos direitos previdenciários.

Outra dimensão essencial para se entender a situação do mercado de trabalho brasileiro é a da remuneração média real do trabalhador. Os dados revelam uma queda contínua do rendimento médio dos trabalhadores desde 1997. Em 2002, a remuneração média, em valores constantes, era de cerca de R\$ 557 enquanto em 1996 ela tinha alcançado o patamar de R\$ 615. A remuneração do trabalhador brasileiro é bastante variável entre regiões, com os trabalhadores da região Nordeste ganhando menos do que os do Sudeste e do Sul, e também entre grupos, com os trabalhadores negros, os com menos anos de estudo, entre outros grupos, ganhando uma remuneração significativamente mais baixa.

Portanto, o atual quadro do mercado de trabalho brasileiro pode ser caracterizado pela precarização do emprego, pela dificuldade de se gerar empregos para todas as pessoas que entram no mercado de trabalho e pela situação mais vulnerável enfrentada por grupos sociais como os negros, os menos instruídos, entre outros. Quanto ao sistema de proteção social preconizado pela Constituição de 1988, constatou-se que, mesmo considerados os avanços, as dificuldades foram maiores que a capacidade do Estado em promover tanto desenvolvimento quanto distribuição de renda.

### **3 O MOVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Nosso objetivo nessa seção é mostrar a organização do movimento social da Economia Solidária no Brasil. Quem são os atores desse movimento? Como se organizam para fortalecer as iniciativas da Economia Solidária? Que princípios propugnam?

No I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em janeiro de 2001, o tema da Economia Popular Solidária foi discutido durante dois dias, numa oficina acompanhada por mais de 700 pessoas. A grande novidade no fórum foi a constatação de que começam a surgir políticas públicas para apoiar essas demandas sociais. O secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho da França, Guy Hascoët, trouxe para o debate a experiência de seu governo. Um grande seminário foi organizado para discutir as reflexões sobre a economia solidária feitas por alguns estudiosos, dentre os quais o economista Paul Singer. Houve também relatos de experiências de instituições que desenvolvem projetos na área, como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), a Cáritas e a Central Única de Trabalhadores (CUT). Ou, ainda, a experiência dos trabalhadores da Cooperminas de Criciúma, em Santa Catarina, onde mais de 400 pessoas repartem coletivamente o trabalho nas minas de carvão e mantêm uma farmácia solidária que atende às famílias dos mineiros. Depois das discussões, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de garantir, junto aos organizadores do FSM, que o movimento e experiências de economia solidária fossem reconhecidos como contribuição para o “outro mundo possível”. Estabeleceu-se então uma tradição de mesclar as reflexões teóricas com relatos de experiências concretas.

1. Obviamente, nem todos os trabalhadores por conta própria deveriam ser incluídos em um grupo pouco estruturado do mercado de trabalho, já que parcela significativa deles apresenta alto rendimento e até contribui para a Previdência Social. De qualquer forma, a idéia básica de que o grupo que não faz parte do núcleo assalariado do mercado de trabalho compõe a maioria do mercado de trabalho não se altera.

Já no II Fórum Social Mundial, em 2002, foi realizada uma Conferência de Economia Solidária que foi considerada o segundo maior evento do FSM. Organizou-se, a partir desse fórum, uma equipe encarregada de montar uma estratégia para se estruturar um fórum brasileiro de economia solidária, cujas diretrizes seriam a da participação efetiva dos setores produtivos, dos grupos de fomento e de assessoria, além dos gestores municipais ligados a economia solidária. Como base dessa estratégia, o grupo lançou um documento de “Princípios da Economia Solidária” para orientar as movimentações organizadas pelos diversos estados brasileiros no intuito de criar um fórum brasileiro de economia solidária mais participativo e democrático. A lista de princípios é reveladora do campo no qual os atores pretendem se movimentar:

- A valorização social do trabalho humano.
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica.
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade.
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza.
- *Os valores da cooperação e da solidariedade.*

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os povos do Hemisfério Norte e do Sul.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza, em geral, e de capital, em particular.
- Para a Economia Solidária a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Durante um e ano meio, a partir do II FSM, houve um processo de mobilização no qual se desenvolveram plenárias preparatórias em diversos estados, que culminaram na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em Brasília nos dias 27 e 28 de junho de 2003.

Na ocasião do III Fórum Social Mundial, em 2003, o então candidato Lula já havia sido eleito presidente do Brasil, garantindo nessa ocasião um espaço para a Economia Solidária dentro da estrutura do governo, com o objetivo de potencializar, fomentar e garantir um ambiente que fosse mais favorável aos empreendimentos, em termos de políticas públicas. Foi então escrito o documento que ficou conhecido como “Carta ao Lula”, no qual os autores propunham o nome do professor Paul Singer para uma Secretaria de Economia Solidária que poderia ser criada.

A III Plenária de Economia Solidária teve início no dia 27 de junho de 2003, um dia depois da formalização da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa mesma plenária foi instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

#### 4 A CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SEU PROGRAMA DE AÇÃO

No item anterior, foi descrito o nascimento do FBES e o processo de articulação nacional desencadeado no Fórum Social Mundial do movimento nacional da Economia Solidária. Esses fatos acabaram resultando na criação da Senaes, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. A Senaes então criou o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” e o colocou no Plano Plurianual (PPA). O programa se propõe a:<sup>2</sup> *a*) dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos de autogestão e economia solidária no Brasil; *b*) qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à economia solidária e à autogestão; *c*) promover a economia solidária junto aos empreendimentos de autogestão; *d*) facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos; e *e*) contribuir para a organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores. Seu público-alvo inclui: *a*) os trabalhadores em risco de desemprego, desempregados ou autônomos; *b*) cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária; e *c*) fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

Em 2003, a Senaes se estruturou e, em 2004, o objetivo é criar condições para a efetiva implementação do programa. A estratégia de implementação, de acordo com a Senaes, ocorrerá mediante as seguintes ações:

- Articulação de políticas de fortalecimento da economia solidária e estímulo à participação da sociedade civil na elaboração e avaliação dessas políticas, por meio, principalmente, do Conselho Nacional da Economia Solidária.

- Articulação e integração de políticas públicas de economia solidária com estados e municípios.

- Integração da Economia Solidária com os processos estratégicos de desenvolvimento (local, regional e urbano), priorizando a organização de cadeias produtivas, envolvendo setores como: material reciclável, confecção, artesanato e outros.

2. A exposição do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” baseou-se em MTE-Senaes (2004). “Plano de Ação – 2004”.

- Fomento e constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias a partir das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do governo federal (segurança alimentar, habitação, saneamento, reforma agrária, educação de jovens e adultos, e outros).

- Fomento à constituição de redes a partir dos empreendimentos autogestionários, feiras, redes de distribuição e comércio justo.

- Articulação das políticas de finanças solidárias.

- Proposição de uma nova institucionalidade que crie mecanismos de proteção e garantia do direito ao trabalho associado.

- Promoção do debate público da economia solidária (seminários, encontros, eventos e cursos).

- Elaboração de metodologias, diagnósticos e outros instrumentos de acompanhamento e avaliação da economia solidária.

A execução de todos esses objetivos exigirá, como se pode ver, um trabalho de médio prazo. A má notícia, porém, é que a execução do programa até o momento tem sido muito baixa.<sup>3</sup> Isso prejudica o programa, que, dado o seu caráter inovador, ainda precisa fazer um grande trabalho em termos de mapeamento das experiências existentes para orientar a sua própria ação.

A partir dos objetivos mencionados, percebe-se que a Senaes, obviamente, não terá o papel de implementar os empreendimentos solidários, pois eles são resultados da mobilização das pessoas em nível local. O principal papel da Senaes será utilizar os instrumentos ao alcance do governo federal para articular as diversas iniciativas já existentes, viabilizar o funcionamento e a promoção da Economia Solidária e também a participação popular na formulação e avaliação da política. Nesse sentido, o governo federal conta com um poderoso parceiro, o Fórum de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que participou ativamente do movimento da sociedade civil descrito na Seção 3 e desenvolve as políticas públicas em nível municipal no Brasil.

No tocante ao tema da geração de emprego, que é um dos objetivos do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, uma questão que se coloca é como o programa se diferenciaria de outros que buscam gerar emprego através da concessão de crédito, como o Proger. A idéia é que o programa, mais do que tudo, busca estimular o trabalho associativo e cooperativo, pretendendo implementar, em termos gerais, uma cultura de cooperação, em contraposição a uma cultura de subordinação — uma filosofia mais solidária, portanto, como colocada na Seção 3 desta nota —, inclusive com a ambição de integrar nessa cultura os trabalhadores já ocupados. Na prática, talvez o grande mérito do programa no que diz respeito à geração de emprego poderá ser o de explorar todo o potencial existente no associativismo e no cooperativismo para se integrar as pessoas ao mundo do trabalho. Essas atividades associativas são articuladas de forma mais viável em nível municipal, e, nesse caso, já existem diversas experiências espalhadas pelo país tais como a dos catadores de lixo, artesanato, entre outras. Além disso, grande parte dos participantes dessas experiências, em geral, são pessoas que não cumprem condições para ter acesso aos programas de crédito

3. O acompanhamento da execução orçamentária da União mostra que até o dia 9 de julho de 2004 o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” tinha pago R\$ 598.269, ou seja, cerca de 2% do valor autorizado de R\$ 29.110.456 (fonte: Siafi/STN). Considerando o contingenciamento de R\$ 14.225.925, esse percentual chega a 4% do valor efetivamente disponibilizado para o programa.

existentes, inclusive o Proger: portanto, o programa pode ter potencial para agir de forma mais eficaz nos grupos sociais que não são beneficiados por outros programas existentes.

## 5 CONCLUSÃO

Como se pode depreender do texto, os desafios propostos pela Economia Solidária não se restringem a mudanças nos índices de emprego e nem naqueles macroeconômicos, mas sim, envolve uma mudança na própria relação contratual dentro do mundo do trabalho. Desde o começo da atual década, vem-se montando um aparato institucional e social na busca dessa mudança. Para isso, são necessárias mudanças tanto culturais quanto uma nova institucionalidade para o mundo do trabalho. Espera-se que a criação da Senaes possa contribuir para o alcance desses objetivos.

## 6 BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, J. C. *Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites do seu sistema público de emprego*. Brasília: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 751).

MTE-SENAES (2004). “Plano de Ação – 2004”.

RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA. *Participação social na política de emprego, trabalho e renda: casos de economia solidária e pequenas e médias empresas*. IPEA, 2003, mimeo.

# ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

## Advertência

A PME sofreu uma modificação metodológica profunda, tendo havido, inclusive, uma ruptura na série histórica, com os dados da nova metodologia não podendo ser encadeados com os obtidos segundo a metodologia anterior. A página do IBGE na internet permite que se acesse uma Nota Técnica (*Relatório sobre a Transição Metodológica*) que explica as mudanças havidas, apresentando uma série de comparações entre os resultados segundo as duas metodologias. O endereço é: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

Acessada a página, deve-se procurar, sucessivamente, os campos: Indicadores/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Mensal de Emprego — PME Nova Metodologia/Relatório sobre a Transição Metodológica.

Nas tabelas seguintes que contêm dados da PME, as médias para o ano de 2002 envolvem o período março-dezembro, em razão de ser apenas a partir do mês de março de 2002 que estão disponíveis dados para todas as seis regiões.

# ANEXO ESTATÍSTICO

## Índice de Tabelas

### A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

---

1.	PEA por Região Metropolitana	A1
2.	PEA por Gênero	A2
3.	PEA por Grau de Instrução	A2
4.	PEA por Faixa Etária	A3
6.	Taxa de Participação por Região Metropolitana	A4
7.	Taxa de Participação por Gênero	A5
8.	Taxa de Participação por Grau de Instrução	A5
9.	Taxa de Participação por Faixa Etária	A6
10.	População Economicamente Inativa que Gostaria de Trabalhar	A7

### A2. OCUPAÇÃO

---

1.	Nível de Ocupação por Região Metropolitana	A9
2.	Nível de Ocupação por Gênero	A10
3.	Nível de Ocupação por Grau de Instrução	A11
4.	Nível de Ocupação por Faixa Etária	A12
5A.	Nível de Ocupação por Posição na Ocupação	A13
5B.	Empregados por Categoria de Ocupação	A14
6.	Nível de Ocupação por Setor de Atividade	A15

### A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

---

1A.	Admissões por UF	A17
1B.	Desligamentos por UF	A19
1C.	Variação do Nível de Emprego por UF	A21
2A.	Admissões por Setor de Atividade	A23
2B.	Desligamentos por Setor de Atividade	A25
2C.	Variação do Nível de Emprego Formal por Setor de Atividade	A27

### A4. DESEMPREGO

---

1.1	Taxa de Desemprego por Região Metropolitana - PME	A29
1.2	Taxa de Desemprego Aberto - PED	A30
1.3	Taxa de Desemprego Oculto por Desalento - PED	A31
1.4	Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade - PED	A32
1.5	Taxa de Desemprego Total - PED	A33
2.	Taxa de Desemprego por Gênero - PME	A34
3.	Taxa de Desemprego por Grau de Instrução - PME	A34
4.	Taxa de Desemprego por Faixa Etária - PME	A35
6.	Taxa de Desemprego por Posição na Família - PME	A36
7.	Composição do Desemprego por Gênero - PME	A36
9.	Composição do Desemprego por Posição na Família - PME	A37
10.	Composição do Desemprego por Faixa Etária - PME	A38
11.	Composição do Desemprego por Grau de Instrução - PME	A39
13.	Composição do Desemprego por Faixa de Duração - PME	A40

## **A5. SEGURO-DESEMPREGO**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Requerentes, Segurados e Valor Médio do Benefício | A41 |
|--|-----|

## **A7. RENDIMENTOS**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1A. Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Região              | A43 |
| 1B. Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Região               | A44 |
| 6A. Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Posição na Ocupação | A45 |
| 6B. Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Posição na Ocupação  | A46 |
| 7. Salário Mínimo Real   | A47 |

## **A9. INFORMALIDADE**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana  | A49 |
| 2. Participação dos Empregados por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana  | A50 |
| 3. Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com e sem Carteira Assinada, por Região Metropolitana           | A51 |
| 4. Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com Carteira Assinada e Conta Própria, por Região Metropolitana | A52 |



## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.1

### PEA por Região Metropolitana

[em mil pessoas]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	5.097	8.418	1.710	2.017	1.345	1.458	20.044
2003	5.236	8.957	1.768	2.125	1.444	1.527	21.056
Jan.-Jun./2003	5.207	8.825	1.753	2.090	1.426	1.512	20.812
2003							
Junho	5.287	8.917	1.773	2.141	1.435	1.529	21.082
Julho	5.263	8.947	1.740	2.099	1.445	1.526	21.020
Agosto	5.291	8.988	1.775	2.169	1.481	1.544	21.248
Setembro	5.297	9.195	1.792	2.184	1.484	1.534	21.485
Outubro	5.279	9.149	1.801	2.168	1.467	1.535	21.399
Novembro	5.278	9.181	1.809	2.175	1.457	1.555	21.454
Dezembro	5.178	9.076	1.782	2.166	1.441	1.551	21.194
2004							
Janeiro	5.128	8.971	1.749	2.152	1.413	1.532	20.945
Fevereiro	5.220	8.971	1.725	2.173	1.401	1.538	21.028
Março	5.314	9.116	1.761	2.192	1.407	1.523	21.312
Abril	5.394	9.162	1.798	2.196	1.460	1.518	21.529
Maiο	5.336	9.209	1.787	2.185	1.439	1.532	21.488
Junho	5.315	9.197	1.798	2.207	1.419	1.524	21.460
Jan.-Jun./2004	5.285	9.104	1.770	2.184	1.423	1.528	21.294

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

**A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA**

TABELA A.1.2

**PEA por Gênero**

[em mil pessoas]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	11.261	8.783
2003	11.699	9.358
Jan.-Jun./2003	11.589	9.223
2003		
Junho	11.611	9.472
Julho	11.696	9.324
Agosto	11.772	9.476
Setembro	11.865	9.620
Outubro	11.838	9.561
Novembro	11.859	9.595
Dezembro	11.819	9.375
2004		
Janeiro	11.687	9.257
Fevereiro	11.641	9.386
Março	11.748	9.564
Abril	11.793	9.735
Mai	11.851	9.637
Junho	11.779	9.682
Jan.-Jun./2004	11.750	9.544

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.3

**PEA por Grau de Instrução**

[anos de escolaridade (em mil pessoas)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	6.979	4.072	8.954
2003	7.148	4.220	9.653
Jan.-Jun./2003	7.124	4.186	9.464
2003			
Junho	7.157	4.233	9.654
Julho	7.127	4.231	9.626
Agosto	7.155	4.248	9.812
Setembro	7.288	4.272	9.897
Outubro	7.162	4.307	9.892
Novembro	7.164	4.292	9.969
Dezembro	7.136	4.172	9.856
2004			
Janeiro	6.932	4.078	9.912
Fevereiro	6.902	4.137	9.955
Março	6.984	4.122	10.147
Abril	7.058	4.169	10.263
Mai	6.980	4.193	10.261
Junho	6.930	4.179	10.306
Jan.-Jun./2004	6.964	4.146	10.141

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.4

### PEA por Faixa Etária

[em mil pessoas]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	94	567	3.978	12.454	2.951
2003	126	613	4.056	12.995	3.266
Jan.-Jun./2003	116	622	3.998	12.880	3.197
2003					
Junho	134	649	4.087	12.987	3.226
Julho	125	619	4.039	12.952	3.285
Agosto	133	638	4.111	13.060	3.306
Setembro	159	602	4.180	13.205	3.340
Outubro	126	582	4.147	13.186	3.357
Novembro	133	576	4.184	13.179	3.382
Dezembro	143	604	4.026	13.083	3.338
2004					
Janeiro	163	603	3.928	12.991	3.259
Fevereiro	144	603	3.903	13.103	3.274
Março	126	626	4.019	13.221	3.320
Abril	133	633	4.160	13.193	3.411
Maiο	121	616	4.164	13.103	3.483
Junho	121	593	4.143	13.088	3.516
Jan.-Jun./2004	135	612	4.053	13.117	3.377

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.6

**Taxa de Participação por Região Metropolitana**

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	54,4	57,1	56,1	54,7	48,5	56,1	55,3
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1
Jan.-Jun./2003	54,6	59,2	56,6	55,8	51,0	57,3	56,7
2003							
Junho	55,5	59,7	57,1	57,0	51,1	57,8	57,3
Julho	55,1	59,8	55,9	55,6	51,3	57,4	57,0
Agosto	55,3	60,0	57,0	57,3	52,4	58,1	57,5
Setembro	55,3	61,5	57,2	57,4	52,6	57,9	58,2
Outubro	55,0	60,8	57,3	57,1	51,6	57,7	57,7
Novembro	55,0	60,9	57,6	57,2	51,2	58,4	57,8
Dezembro	53,7	59,8	56,4	56,8	50,7	58,1	56,8
2004							
Janeiro	53,3	59,1	55,4	56,4	49,4	57,3	56,2
Fevereiro	54,1	59,2	54,7	56,8	49,3	57,4	56,4
Março	55,3	60,1	55,8	57,2	49,4	56,8	57,1
Abril	56,0	60,2	57,1	57,3	51,1	56,3	57,6
Maiο	55,2	60,4	56,6	56,9	50,1	56,7	57,3
Junho	55,1	60,1	56,7	57,2	49,3	56,0	57,1
Jan.-Jun./2004	54,8	59,9	56,1	57,0	49,8	56,8	57,0

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.7

### Taxa de Participação por Gênero

[em %]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
Jan.-Jun./2003	67,5	47,2
2003		
Junho	67,7	48,3
Julho	67,7	47,6
Agosto	68,1	48,3
Setembro	68,4	49,1
Outubro	67,9	48,7
Novembro	67,9	48,8
Dezembro	67,1	47,6
2004		
Janeiro	66,7	46,9
Fevereiro	66,8	47,3
Março	67,4	48,2
Abril	67,4	48,9
Maiο	67,6	48,3
Junho	67,0	48,4
Jan.-Jun./2004	67,2	48,0

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.8

### Taxa de Participação por Grau de Instrução

[anos de escolaridade (em %)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
Jan.-Jun./2003	42,0	58,1	75,7
2003			
Junho	42,3	59,1	76,5
Julho	42,2	58,5	75,8
Agosto	42,3	59,5	76,7
Setembro	43,0	60,1	77,2
Outubro	42,1	60,4	76,9
Novembro	41,9	60,8	77,3
Dezembro	41,6	59,0	75,6
2004			
Janeiro	41,1	56,9	75,0
Fevereiro	41,1	57,2	75,5
Março	41,5	57,4	76,9
Abril	41,9	58,2	77,1
Maiο	41,7	57,8	76,5
Junho	41,3	57,8	76,4
Jan.-Jun./2004	41,4	57,6	76,2

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.9

**Taxa de Participação por Faixa Etária**

[em %]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
Jan.-Jun./2003	3,2	26,3	70,0	77,9	37,5
2003					
Junho	3,7	27,2	70,4	78,5	38,2
Julho	3,5	26,1	69,5	78,4	38,1
Agosto	3,7	27,2	70,0	78,8	38,7
Setembro	4,4	26,3	70,9	79,6	39,0
Outubro	3,5	25,3	70,6	79,3	38,7
Novembro	3,7	24,8	71,4	79,6	38,5
Dezembro	4,0	25,2	70,0	78,6	37,5
2004					
Janeiro	4,5	25,5	69,5	77,9	36,3
Fevereiro	4,0	25,4	69,9	78,3	36,6
Março	3,5	26,4	71,3	79,1	37,1
Abril	3,7	27	72,3	79,2	37,7
Mai	3,4	25,7	71,3	79	38,5
Junho	3,3	25,4	70,8	78,4	38,7
Jan.-Jun./2004	3,7	25,9	70,9	78,7	37,5

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.10

### População Economicamente Inativa que Gostaria de Trabalhar

Período	Disponíveis		Não-Disponíveis	Total
	Marginalmente Ligadas à PEA <sup>b</sup>	Total		
2002 <sup>a</sup>	1.076	3.150	440	3.590
2003	978	2.790	403	3.193
Jan.-Jun./2003	998	2.930	396	3.326
2003				
Junho	926	2.812	390	3.202
Julho	925	2.685	396	3.081
Agosto	923	2.626	385	3.011
Setembro	958	2.640	399	3.039
Outubro	967	2.660	402	3.062
Novembro	908	2.551	428	2.979
Dezembro	1.063	2.738	448	3.186
2004				
Janeiro	1.085	2.845	361	3.206
Fevereiro	1.056	2.637	353	2.990
Março	965	2.641	377	3.018
Abril	953	2.662	372	3.034
Maiο	958	2.744	362	3.106
Junho	1.043	2.864	370	3.234
Jan.-Jun./2004	1.010	2.732	366	3.098

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup> Média referente ao período mar.-dez.

<sup>b</sup> Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.



## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.1

### Nível de Ocupação por Região Metropolitana

[em mil pessoas]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	4.585	7.346	1.560	1.804	1.177	1.239	17.711
2003	4.754	7.695	1.600	1.895	1.245	1.272	18.462
Jan.-Jun./2003	4.733	7.589	1.587	1.868	1.235	1.264	18.275
2003							
Junho	4.770	7.625	1.592	1.883	1.220	1.256	18.347
Julho	4.760	7.646	1.575	1.860	1.240	1.257	18.338
Agosto	4.790	7.652	1.601	1.906	1.259	1.272	18.480
Setembro	4.784	7.837	1.610	1.948	1.261	1.264	18.704
Outubro	4.784	7.776	1.618	1.925	1.256	1.273	18.633
Novembro	4.805	7.896	1.639	1.951	1.253	1.300	18.845
Dezembro	4.732	8.003	1.642	1.941	1.267	1.307	18.892
2004							
Janeiro	4.673	7.810	1.616	1.888	1.232	1.283	18.503
Fevereiro	4.769	7.748	1.579	1.914	1.222	1.275	18.506
Março	4.791	7.786	1.591	1.927	1.229	1.263	18.587
Abril	4.816	7.832	1.605	1.946	1.251	1.266	18.717
Maiο	4.821	7.953	1.613	1.947	1.248	1.283	18.865
Junho	4.840	7.969	1.627	1.976	1.238	1.296	18.945
Jan.-Jun./2004	4.785	7.850	1.605	1.933	1.237	1.278	18.687

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.2

**Nível de Ocupação por Gênero**

[em mil pessoas]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	10.149	7.562
2003	10.523	7.939
Jan.-Jun./2003	10.426	7.850
2003		
Junho	10.363	7.984
Julho	10.479	7.859
Agosto	10.537	7.942
Setembro	10.635	8.069
Outubro	10.593	8.040
Novembro	10.705	8.140
Dezembro	10.769	8.123
2004		
Janeiro	10.573	7.929
Fevereiro	10.558	7.947
Março	10.561	8.026
Abril	10.564	8.153
Maiο	10.701	8.164
Junho	10.675	8.270
Jan.-Jun./2004	10.605	8.082

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.3

### Nível de Ocupação por Grau de Instrução

[anos de escolaridade (em mil pessoas)]

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	552	1.177	4.404	3.444	8.095
2003	559	1.170	4.558	3.521	8.619
Jan.-Jun./2003	579	1.176	4.519	3.510	8.454
2003					
Junho	526	1.144	4.571	3.510	8.558
Julho	539	1.167	4.541	3.508	8.546
Agosto	536	1.162	4.550	3.492	8.707
Setembro	548	1.159	4.660	3.525	8.784
Outubro	551	1.121	4.575	3.530	8.818
Novembro	527	1.161	4.608	3.585	8.935
Dezembro	531	1.214	4.652	3.546	8.919
2004					
Janeiro	523	1.117	4.519	3.439	8.882
Fevereiro	522	1.116	4.504	3.450	8.880
Março	518	1.102	4.557	3.383	8.968
Abril	541	1.102	4.578	3.404	9.053
Maiο	506	1.093	4.583	3.512	9.117
Junho	524	1.100	4.568	3.530	9.178
Jan.-Jun./2004	522	1.105	4.552	3.453	9.013

Fontes: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.4

**Nível de Ocupação por Faixa Etária**

[em mil pessoas]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	78	373	3.121	11.334	2.806
2003	104	379	3.109	11.777	3.094
Jan.-Jun./2003	92	392	3.074	11.693	3.024
2003					
Junho	108	393	3.090	11.719	3.036
Julho	103	381	3.065	11.686	3.103
Agosto	113	380	3.101	11.756	3.129
Setembro	132	356	3.156	11.889	3.171
Outubro	113	339	3.144	11.870	3.167
Novembro	109	364	3.197	11.951	3.222
Dezembro	124	375	3.193	12.011	3.190
2004					
Janeiro	134	380	3.044	11.856	3.089
Fevereiro	119	367	2.986	11.927	3.108
Março	102	355	3.037	11.946	3.147
Abril	102	390	3.116	11.890	3.219
Maiο	104	390	3.189	11.886	3.296
Junho	106	385	3.184	11.925	3.346
Jan.-Jun./2004	111	378	3.093	11.905	3.201

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.5A

### Nível de Ocupação por Posição na Ocupação

[em mil pessoas]

Período	Empregados				Conta-Própria	Emprega-dores	Não-Remu-nerados	Total
	Com Carteira	Sem Carteira	Militar/RJU	Não-Remu-nerados				
2002 <sup>a</sup>	8.061	3.760	1.341	11	3.435	888	214	17.711
2003	8.174	4.045	1.355	12	3.688	1.014	175	18.462
Jan.-Jun./2003	8.160	3.972	1.338	11	3.584	1.031	178	18.275
2003								
Junho	8.047	4.024	1.363	11	3.681	1.051	171	18.348
Julho	8.128	3.948	1.355	10	3.715	1.003	179	18.338
Agosto	8.147	4.073	1.345	19	3.736	997	163	18.480
Setembro	8.151	4.167	1.379	12	3.820	983	192	18.704
Outubro	8.225	4.054	1.394	19	3.789	1.000	152	18.633
Novembro	8.254	4.201	1.405	10	3.822	984	170	18.846
Dezembro	8.215	4.260	1.357	7	3.867	1.014	172	18.892
2004								
Janeiro	8.160	4.078	1.319	9	3.840	933	164	18.503
Fevereiro	8.133	4.065	1.321	8	3.857	960	162	18.506
Março	8.164	4.068	1.312	10	3.906	978	149	18.587
Abril	8.152	4.219	1.327	11	3.843	983	181	18.717
Maiο	8.277	4.295	1.348	5	3.745	1.021	175	18.865
Junho	8.301	4.291	1.362	7	3.752	1.054	178	18.945
Jan.-Jun./2004	8.198	4.169	1.331	8	3.824	988	168	18.687

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.5B

**Empregados por Categoria de Ocupação**

Período	Setor Privado		Setor Público			Domésticos	
	Com Carteira	Sem Carteira	Com Carteira	Sem Carteira	Militar/RJU	Com Carteira	Sem Carteira
2002 <sup>a</sup>	7.190	2.613	377	270	1.341	494	877
2003	7.329	2.870	353	271	1.355	492	904
Jan.-Jun./2003	7.316	2.811	346	276	1.338	499	886
2003							
Junho	7.186	2.807	348	283	1.363	514	934
Julho	7.273	2.773	357	257	1.355	498	918
Agosto	7.293	2.912	371	242	1.345	483	920
Setembro	7.304	2.963	370	268	1.379	476	936
Outubro	7.356	2.890	372	263	1.394	497	900
Novembro	7.439	2.983	338	289	1.405	477	929
Dezembro	7.386	3.051	348	275	1.357	481	934
2004							
Janeiro	7.354	2.887	328	279	1.319	478	912
Fevereiro	7.321	2.852	318	293	1.321	494	920
Março	7.338	2.837	334	288	1.312	492	943
Abril	7.323	2.981	323	300	1.327	507	938
Maiο	7.405	3.035	344	307	1.348	529	953
Junho	7.416	3.049	354	303	1.362	531	939
Jan.-Jun./2004	7.359	2.940	333	295	1.331	505	934

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.6

### Nível de Ocupação por Setor de Atividade

[em mil pessoas]

Período	Indústria <sup>a</sup>	Construção	Comércio <sup>b</sup>	Intermediação Financeira <sup>c</sup>	Administração Pública <sup>d</sup>	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Outras Atividades
2002 <sup>e</sup>	3.112	1.353	3.663	2.291	2.845	1.371	2.971	105
2003	3.250	1.393	3.722	2.479	2.919	1.397	3.151	152
Jan.-Jun./2003	3.232	1.406	3.702	2.433	2.876	1.384	3.104	139
2003								
Junho	3.250	1.378	3.647	2.477	2.913	1.447	3.097	138
Julho	3.228	1.382	3.654	2.443	2.906	1.417	3.111	196
Agosto	3.266	1.386	3.669	2.527	2.909	1.403	3.161	157
Setembro	3.263	1.384	3.716	2.580	2.981	1.412	3.200	168
Outubro	3.262	1.343	3.698	2.556	3.006	1.397	3.215	157
Novembro	3.291	1.370	3.796	2.547	3.027	1.407	3.256	151
Dezembro	3.302	1.413	3.919	2.501	2.940	1.416	3.244	156
2004								
Janeiro	3.293	1.403	3.726	2.475	2.895	1.390	3.185	136
Fevereiro	3.246	1.431	3.768	2.466	2.861	1.415	3.193	127
Março	3.179	1.426	3.804	2.500	2.952	1.436	3.159	132
Abril	3.321	1.376	3.757	2.536	2.954	1.445	3.186	142
Maiο	3.342	1.336	3.776	2.593	3.004	1.482	3.191	140
Junho	3.343	1.354	3.789	2.620	3.057	1.470	3.180	132
Jan.-Jun./2004	3.287	1.388	3.770	2.532	2.954	1.440	3.182	135

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Indústrias extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

<sup>b</sup>Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

<sup>c</sup>Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas.

<sup>d</sup>Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais.

<sup>e</sup>Média referente ao período mar.-dez.



A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.1A  
**Admissões por UF**

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Jun./03	Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Abr./04	Mai./04	Jun./04	Jan.-Jun./04
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	4.604	4.993	5.406	5.199	5.119	4.943	4.227	3.249	4.868	4.692	6.320	5.689	5.630	5.667	5.478
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	860	967	1.161	993	905	1.143	828	540	802	809	1.035	998	968	831	907
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	6.824	6.978	6.832	8.360	9.750	9.123	7.884	5.220	9.102	7.948	10.228	9.002	10.013	9.699	9.332
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	518	533	510	529	504	521	467	328	663	559	701	508	648	628	618
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	12.597	14.270	15.497	15.521	16.805	15.336	13.458	8.632	14.057	13.873	15.468	15.537	15.801	18.737	15.579
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	743	985	1.013	1.350	1.085	1.133	907	755	1.530	946	1.054	903	913	1.092	1.073
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	2.506	3.452	2.937	3.008	3.065	3.084	3.530	2.068	2.790	3.358	3.676	3.591	4.470	4.348	3.706
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	5.103	5.058	5.038	5.611	5.663	6.607	5.689	3.445	4.744	4.576	5.684	5.853	6.006	6.056	5.487
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	3.989	5.495	3.681	4.130	3.754	4.320	3.623	2.672	3.582	3.373	4.166	4.385	4.732	5.175	4.236
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	16.409	17.398	17.350	19.846	20.890	22.674	17.596	13.772	18.062	15.365	17.669	16.587	18.533	20.704	17.820
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	7.888	7.152	10.490	10.707	11.636	9.663	9.050	6.249	8.382	8.718	10.350	12.930	11.970	11.253	10.601
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	5.156	4.814	7.662	7.849	6.551	5.711	5.089	3.308	4.656	4.421	5.015	5.634	5.202	6.181	5.185
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	18.785	17.274	16.850	26.570	39.076	23.676	18.868	13.666	18.426	17.086	18.967	18.917	21.809	18.511	18.953
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	4.409	4.787	4.354	5.745	38.481	9.179	5.167	3.896	5.035	3.895	4.344	3.657	5.173	4.305	4.402
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	4.209	3.922	4.924	4.397	5.057	5.496	4.419	3.406	4.738	4.593	5.407	5.318	5.165	4.610	4.972
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	27.697	27.182	30.283	32.637	34.305	32.957	29.588	23.736	35.561	28.815	33.329	34.008	37.782	33.812	33.885
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	108.867	134.099	115.596	113.021	117.930	105.995	97.096	72.393	95.691	102.480	116.491	117.423	145.791	154.352	122.038
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	19.088	18.496	17.592	19.549	19.182	18.962	18.133	14.847	17.606	16.794	22.532	22.815	26.160	22.240	21.358

(continua)

## A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Abr./04	Mai./04	Jun./04	Jan.-Jun./04	
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	71.849	72.017	73.712	74.670	74.841	75.174	73.798	59.884	73.942	71.158	83.082	77.987	83.553	78.005	77.955
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	266.440	252.253	248.453	247.460	243.286	243.901	227.901	162.456	259.922	274.547	301.082	308.379	332.428	300.582	296.157
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	64.572	57.704	58.954	60.533	61.854	63.540	59.664	43.456	62.636	69.371	82.126	80.096	80.783	71.213	74.371
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	48.317	40.798	40.982	43.269	46.880	51.457	48.325	35.431	55.145	62.846	61.203	51.858	49.323	50.804	55.197
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	68.165	58.644	56.984	58.665	61.469	67.382	71.875	52.502	74.081	78.428	98.553	77.745	72.428	71.151	78.731
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	12.307	11.328	12.103	11.688	12.372	11.878	10.775	7.690	13.569	12.516	16.594	14.699	14.078	14.758	14.369
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	17.983	17.649	17.160	16.940	16.663	18.042	14.344	10.344	21.006	19.856	23.212	20.960	25.208	24.891	22.522
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	26.097	23.937	24.528	26.284	27.800	26.638	22.865	16.649	25.592	27.040	32.658	31.691	31.620	29.907	29.751
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	13.265	12.694	12.331	14.943	15.159	13.196	13.483	10.969	14.010	13.983	17.146	14.305	15.040	16.982	15.244
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	839.244	824.879	812.383	839.474	900.082	851.731	788.649	581.563	850.198	872.046	998.092	961.475	1.031.227	986.494	949.922

A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.1B

**Desligamentos por UF**

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Abr./04	Mai./04	Jun./04	Jan.-Jun./04
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	4.172	3.884	4.646	4.554	4.217	4.471	4.181	4.492	4.489	5.434	4.258	4.760	4.775	4.701
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	849	644	966	840	805	1.119	836	902	751	981	737	818	905	849
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	6.190	5.754	5.920	5.536	6.269	6.362	5.788	7.695	6.331	8.398	6.854	6.592	7.191	7.177
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	487	461	465	522	409	515	355	547	354	642	598	543	649	556
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	11.492	11.652	11.069	11.505	12.865	15.142	13.140	15.686	11.741	14.350	11.818	11.406	13.727	12.732
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	912	907	785	788	816	763	799	831	716	1.173	687	699	857	827
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	2.110	1.965	2.246	2.796	2.411	2.559	3.049	2.654	2.122	2.587	2.677	2.676	3.056	2.629
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	4.533	3.945	4.306	4.362	5.275	4.698	4.294	4.672	4.327	4.975	4.589	4.900	5.226	4.782
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	3.540	3.581	4.235	3.546	4.503	3.320	3.301	3.816	3.429	3.716	3.133	3.119	3.266	3.361
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	16.213	14.288	16.522	16.332	15.545	16.664	14.244	19.878	16.493	17.900	15.106	15.185	15.926	16.748
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	8.530	7.618	8.442	7.430	7.131	8.586	7.009	10.511	9.269	9.647	10.146	6.558	7.987	9.020
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	6.373	4.213	5.625	4.686	4.982	4.545	4.455	7.926	4.646	7.075	4.375	4.586	3.823	5.371
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	21.071	14.313	17.910	18.756	17.531	19.381	18.312	23.175	19.194	31.377	24.325	15.065	15.520	21.443
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	8.421	4.038	4.314	5.403	3.882	6.700	5.268	6.314	8.237	15.420	20.210	4.919	3.624	9.674
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	4.296	3.380	3.941	4.125	3.999	4.341	3.738	4.550	3.478	4.730	5.107	4.379	4.610	4.368
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	25.326	25.275	28.007	30.476	27.496	28.858	24.764	31.627	26.355	33.462	28.824	26.667	28.796	28.382
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1.199.582	90.564	90.911	110.022	121.322	115.708	105.953	94.802	108.389	86.790	105.003	89.904	90.888	97.313	92.646
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	17.486	18.131	17.197	19.252	17.202	17.082	14.875	19.271	16.246	20.517	15.486	18.136	22.542	18.121

(continua)

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Abr./04	Mai./04	Jun./04	Jan.-Jun./04	
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	68.790	62.624	70.545	67.145	61.542	63.998	60.900	67.758	72.240	63.223	78.942	63.536	64.876	69.154	68.662
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2.800.585	224.444	209.719	231.197	225.238	217.483	248.370	254.839	276.796	222.390	220.635	249.825	228.015	218.677	231.422	228.494
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	54.564	52.475	55.483	51.835	51.741	56.532	55.452	74.636	56.478	57.616	65.116	57.646	55.682	59.147	58.614
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	44.337	39.260	41.051	37.555	38.512	41.162	37.142	49.119	41.486	48.892	58.486	45.451	46.412	45.297	47.671
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	63.044	61.491	68.057	56.378	54.127	54.563	52.821	65.976	58.723	60.711	79.398	67.986	66.894	65.767	66.580
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	9.665	9.272	11.172	9.927	11.072	11.710	10.325	15.653	10.304	9.993	12.727	11.268	10.703	11.275	11.045
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	13.924	14.179	15.164	15.461	16.569	18.048	18.883	17.407	14.630	14.894	18.930	17.775	17.893	17.061	16.864
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	21.731	20.930	23.042	21.621	22.204	24.090	28.362	30.865	23.011	21.228	24.435	22.429	23.945	25.158	23.368
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	12.698	14.174	12.821	12.311	14.021	11.129	11.911	12.879	12.413	11.792	14.634	10.988	12.427	14.525	12.797
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	745.759	699.084	775.150	759.702	738.317	780.861	753.845	881.481	750.092	732.972	889.880	773.928	739.405	778.599	777.479

A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.1C  
**Varição do Nível de Emprego por UF**

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Abr./04	Mai./04	Jun./04	Jan.-Jun./04	
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	432	1.109	760	645	902	472	46	-2.020	376	203	886	1.431	870	892	776
AC	1.331	1.422	815	-153	11	323	195	153	100	24	-8	-684	-100	58	54	261	150	-74	58
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	634	1.224	912	2.824	3.481	2.761	2.096	-5.740	1.407	1.617	1.830	2.148	3.421	2.508	2.155
RR	145	403	41	247	31	72	45	7	95	6	112	-205	116	205	59	-90	105	-21	62
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	1.105	2.618	4.428	4.016	3.940	194	318	-7.054	706	2.132	1.118	3.719	4.395	5.010	2.847
AP	1.374	755	787	-239	-169	78	228	562	269	370	108	-763	699	230	-119	216	214	235	246
TO	1.606	-443	425	3.026	396	1.487	691	212	654	525	481	-1.910	136	1.236	1.089	914	1.794	1.292	1.077
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	570	1.113	732	1.249	388	1.909	1.395	-2.998	72	249	709	1.264	1.106	830	705
PI	2.312	-156	5.326	1.953	449	1.914	-554	584	-749	800	322	-1.144	78	-56	450	1.252	1.613	1.909	874
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	196	3.110	828	3.514	5.345	6.010	3.352	-1.582	-1.816	-1.128	-231	1.481	3.348	4.778	1.072
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	-642	-466	2.048	3.277	4.505	1.077	2.041	-2.014	-2.129	-551	703	2.784	5.412	3.266	1.581
PB	5.005	-141	7.160	-3.352	-1.217	601	2.037	3.163	1.569	1.166	634	-4.618	-3.064	-2.25	-2.060	1.259	616	2.358	-186
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	-2.286	2.961	-1.060	7.814	21.545	4.295	556	-5.605	-4.749	-2.108	-12.410	-5.408	6.744	2.991	-2.490
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	-4.012	749	40	342	34.599	2.479	-101	-2.418	-601	-4.342	-11.076	-16.553	254	681	-5.273
SE	3.244	796	10.836	2.482	-87	542	983	272	1.058	1.155	681	-1.144	835	1.115	677	211	786	0	604
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	2.371	1.907	2.276	2.161	6.809	4.099	4.824	-7.891	9.206	2.628	-133	5.184	11.115	5.016	5.503
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	18.302	43.188	5.574	-8.301	2.222	42	2.294	-35.996	8.901	16.502	11.488	27.519	54.903	57.039	29.392
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	1.603	365	395	297	1.980	1.880	3.258	-4.424	1.805	548	2.015	7.329	8.024	-302	3.237

(continua)

## A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Jun./03	Jul./03	Agos./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Abr./04	Mai./04	Jun./04	Jan.-Jun./04	
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	3.059	9.393	3.167	7.525	13.299	11.176	12.898	-7.874	1.702	7.935	4.140	14.451	18.677	8.851	9.293
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	41.996	42.534	17.256	22.222	25.803	-4.469	-26.938	-114.340	37.532	53.912	51.257	80.364	113.751	69.160	67.663
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	10.008	5.229	3.471	8.698	10.113	7.008	4.212	-31.180	6.158	11.755	17.010	22.450	25.101	12.066	15.757
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	3.980	1.538	-69	5.714	8.368	10.295	11.183	-13.688	13.659	13.954	2.717	6.407	2.911	5.507	7.526
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	5.121	-2.847	-11.073	2.287	7.342	12.819	19.054	-13.474	15.358	17.717	19.155	9.759	5.534	5.384	12.151
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	2.642	2.056	931	1.761	1.300	168	450	-7.963	3.265	2.523	3.867	3.431	3.375	3.483	3.324
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	4.059	3.470	1.996	1.479	94	-6	-4.539	-7.063	6.376	4.962	4.282	3.185	7.315	7.830	5.658
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	4.367	3.007	1.486	4.663	5.596	2.548	-5.497	-14.216	2.581	5.812	8.223	9.262	7.675	4.749	6.384
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	567	-1.480	-490	2.632	1.138	2.067	1.572	-1.910	1.597	2.191	3.317	2.613	2.457	2.448	
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	93.485	125.795	37.233	79.772	161.765	70.870	34.804	-299.918	100.106	139.074	108.212	187.547	291.822	207.895	172.443

TABELA A.3.2A  
**Admissões por Setor de Atividade**

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
1999	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	58	9.812.379
2003	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
Jan.-Jun./03	2.739	179.660	3.652	76.587	184.295	285.935	7.939	98.265	171	839.244
Jun./03	3.017	159.731	2.874	79.719	180.814	268.341	4.702	125.677	4	824.879
Jul./03	2.939	154.291	2.987	82.915	185.730	275.496	4.944	103.081	0	812.383
Ago./03	3.352	170.190	2.986	82.937	190.517	301.810	5.687	81.995	0	839.474
Set./03	2.726	218.940	2.818	85.607	198.305	305.852	4.793	81.041	0	900.082
Out./03	3.107	178.119	2.979	87.324	208.428	293.808	4.092	73.873	1	851.731
Nov./03	2.571	148.716	2.400	76.612	214.131	275.381	3.091	65.744	3	788.649
Dez./03	2.027	91.861	3.358	51.350	171.705	222.399	2.614	36.249	0	581.563
Jan./04	3.056	180.808	5.023	83.245	198.949	289.973	3.664	85.480	0	850.198
Fev./04	2.681	190.776	3.542	72.078	191.183	311.878	15.287	84.617	4	872.046
Mar./04	3.659	230.945	4.089	88.799	225.018	350.567	10.238	84.769	8	998.092
Abr./04	3.116	233.000	3.846	81.100	208.223	313.471	8.524	110.194	1	961.475
Mai./04	3.841	240.225	4.240	87.838	215.686	316.617	6.988	155.786	6	1.031.227

(continua)

(continuação)

	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
Jun./04	3.638	205.436	4.400	87.757	214.645	310.557	7.455	152.584	22	986.494
Jan.-Jun./04	3.332	213.532	4.190	83.470	208.951	315.511	8.693	112.238	7	949.922

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.3.2B

**Desligamentos por Setor de Atividade**

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Suap	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
1999	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
Jan.-Jun./03	2.138	158.321	3.302	80.015	174.074	259.146	4.727	64.003	34	745.759
Jun./03	2.180	151.161	2.890	75.163	158.592	244.684	4.779	59.635	0	699.084
Jul./03	2.192	164.051	3.329	79.411	178.068	267.266	4.725	76.107	1	775.150
Ago./03	2.245	151.101	2.667	79.877	165.317	260.378	4.564	93.553	0	759.702
Set./03	2.453	145.765	2.683	78.633	163.721	250.311	4.008	90.739	4	738.317
Out./03	2.239	161.910	2.714	83.321	172.019	261.389	3.211	94.058	0	780.861
Nov./03	2.105	161.585	2.390	82.092	153.990	238.923	2.940	109.820	0	753.845
Dez./03	2.494	176.946	2.702	91.002	171.114	296.929	15.215	125.078	1	881.481
Jan./04	2.079	144.708	2.919	69.200	196.044	255.914	4.816	74.412	0	750.092
Fev./04	2.182	152.690	2.931	70.512	170.773	259.519	4.839	69.526	0	732.972
Mar./04	2.606	180.198	4.457	81.152	212.908	314.955	4.970	88.634	0	889.880
Abr./04	2.133	168.645	3.329	68.433	180.997	264.460	4.553	81.375	3	773.928
Mai./04	2.206	150.698	3.478	73.174	175.800	260.491	4.630	68.927	1	739.405

(continua)

(continuação)

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
Jun./04	2.581	157.891	3.945	77.738	186.337	270.973	5.007	74.126	1	778.599
Jan.-Jun./04	2.298	159.138	3.510	73.368	187.143	271.052	4.803	76.167	1	777.479

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.3.2C

**Varição do Nível de Emprego Formal por Setor de Atividade**

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Slup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002	5.583	161.170	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-32	762.414
2003	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
Jan.-Jun./03	602	21.339	351	-3.427	10.220	26.789	3.212	34.262	138	93.485
Jun./03	837	8.570	-16	4.556	22.222	23.657	-77	66.042	4	125.795
Jul./03	747	-9.760	-342	3.504	7.662	8.230	219	26.974	-1	37.233
Ago./03	1.107	19.089	319	3.060	25.200	41.432	1.123	-11.558	0	79.772
Set./03	273	73.175	135	6.974	34.584	55.541	785	-9.698	-4	161.765
Out./03	868	16.209	265	4.003	36.409	32.419	881	-20.185	1	70.870
Nov./03	466	-12.869	10	-5.480	60.141	36.458	151	-44.076	3	34.804
Dez./03	-467	-85.085	656	-39.652	591	-74.530	-12.601	-88.829	-1	-299.918
Jan./04	977	36.100	2.104	14.045	2.905	34.059	-1.152	11.068	0	100.106
Fev./04	499	38.086	611	1.566	20.410	52.359	10.448	15.091	4	139.074
Mar./04	1.053	50.747	-368	7.647	12.110	35.612	5.268	-3.865	8	108.212
Abr./04	983	64.355	517	12.667	27.226	49.011	3.971	28.819	-2	187.547
Mai./04	1.635	89.527	762	14.664	39.886	56.126	2.358	86.859	5	291.822

(continua)

(continuação)

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
Jun./04	1.057	47.545	455	10.019	28.308	39.584	2.448	78.458	21	207.895
Jan. - Jun./04	1.034	54.393	680	10.101	21.808	44.459	3.890	36.072	6	172.443

Fonte: Caged/MTE.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.1

### Taxa de Desemprego por Região Metropolitana — PME

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	10,1	12,7	8,8	10,6	12,5	15,0	11,7
2003	9,2	14,1	9,5	10,9	13,7	16,7	12,3
Jan.-Jun./2003	9,1	14,0	9,5	10,6	13,4	16,4	12,2
2003							
Junho	9,8	14,5	10,2	12,1	14,9	17,9	13,0
Julho	9,6	14,5	9,5	11,4	14,2	17,6	12,8
Agosto	9,5	14,9	9,8	12,1	15,0	17,6	13,0
Setembro	9,7	14,8	10,1	10,8	15,0	17,6	12,9
Outubro	9,4	15,0	10,1	11,2	14,4	17,0	12,9
Novembro	8,9	14,0	9,4	10,3	14,0	16,4	12,2
Dezembro	8,6	11,8	7,9	10,4	12,1	15,7	10,9
2004							
Janeiro	8,9	12,9	7,6	12,3	12,8	16,2	11,7
Fevereiro	8,6	13,6	8,5	11,9	12,7	17,1	12,0
Março	9,8	14,6	9,6	12,1	12,6	17,1	12,8
Abril	10,7	14,5	10,7	11,4	14,3	16,6	13,1
Maiο	9,6	13,6	9,7	10,9	13,3	16,2	12,2
Junho	8,9	13,4	9,5	10,5	12,8	14,9	11,7
Jan.-Jun./2004	9,4	13,8	9,3	11,5	13,1	16,4	12,3

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.1.2

**Taxa de Desemprego Aberto — PED**

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	12,1	12,7	10,0	16,4	11,5	11,3
2003	12,7	14,5	11,0	17,1	12,2	13,6
Jan.-Jun./2003	12,7	14,1	10,5	17,6	11,6	12,9
2003						
Junho	13,2	14,7	12,2	18,9	11,7	14,9
Julho	12,7	15,1	11,9	17,8	12,4	14,7
Agosto	12,9	15,3	11,6	17,3	13,2	14,8
Setembro	13,2	15,0	11,7	16,7	13,3	14,7
Outubro	13,2	15,1	11,6	16,2	12,9	14,3
Novembro	12,6	14,6	11,7	16,0	12,5	14,1
Dezembro	12,0	14,1	10,5	15,1	12,5	13,3
2004						
Janeiro	11,9	13,6	9,9	14,9	13,4	13,4
Fevereiro	12,6	14,1	10,0	14,9	14,1	13,9
Março	13,3	14,4	11,3	15,4	14,2	15,0
Abril	13,2	14,8	11,9	15,9	14,1	15,7
Maiο	12,3	13,9	11,8	15,5	13,6	15,7
Junho	11,8	13,7	11,4	15,0	13,2	15,5
Jan.-Jun./2004	12,5	14,1	11,1	15,3	13,8	14,9

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.3

### Taxa de Desemprego Oculto por Desalento — PED

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	2,0	3,5	1,9	3,2	2,4	4,5
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	2,8	4,7
Jan.-Jun./2003	2,1	3,7	2,0	3,4	3,0	4,8
2003						
Junho	2,0	3,5	1,9	3,6	2,5	4,6
Julho	2,1	3,5	2,0	3,8	2,5	5,0
Agosto	2,0	3,9	2,1	3,9	2,7	4,8
Setembro	2,0	3,7	2,1	3,6	2,7	4,8
Outubro	1,9	3,4	2,1	3,3	2,7	4,5
Novembro	2,1	3,2	1,8	3,1	2,6	4,6
Dezembro	2,0	3,3	1,6	3,0	2,7	4,6
2004						
Janeiro	2,1	3,8	1,7	3,3	3,0	4,9
Fevereiro	2,2	4,2	1,9	3,8	3,0	5,0
Março	2,2	4,3	2,1	3,8	3,1	5,1
Abril	2,2	4,0	2,1	3,5	2,9	4,8
Maiο	2,1	3,8	1,9	3,1	2,9	4,5
Junho	2,1	3,9	n.d.	3,2	n.d.	4,4
Jan.-Jun./2004	2,2	4,0	n.d.	3,5	n.d.	4,8

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.4.1.4

**Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade — PED**

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	4,9	4,1	3,5	7,8	4,1	4,7
2003	5,1	4,5	3,6	7,6	4,8	4,8
Jan.-Jun./2003	5,0	4,7	3,4	7,6	4,8	4,7
2003						
Junho	5,1	4,8	3,5	7,5	4,9	4,4
Julho	5,0	4,7	3,8	7,3	4,8	4,2
Agosto	5,1	4,4	4,1	7,7	5,1	4,0
Setembro	5,3	4,3	4,0	7,6	4,9	4,2
Outubro	5,3	4,0	4,0	7,9	4,8	4,5
Novembro	5,2	4,1	3,8	7,7	4,3	4,8
Dezembro	5,0	4,0	3,8	7,9	4,0	4,9
2004						
Janeiro	5,0	4,3	3,7	7,8	4,0	4,7
Fevereiro	5,0	4,2	3,9	7,9	3,9	4,2
Março	5,1	4,4	3,8	7,5	4,0	4,1
Abril	5,2	4,1	3,7	7,3	4,1	4,2
Maiο	5,2	4,1	3,5	7,1	4,7	4,3
Junho	5,2	3,8	n.d.	7,3	n.d.	4,2
Jan.-Jun./2004	5,1	4,2	n.d.	7,5	n.d.	4,3

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.5

### Taxa de Desemprego Total — PED

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	19,0	20,3	15,3	27,4	18,1	20,4
2003	19,9	22,6	16,6	28,1	19,8	22,9
Jan.-Jun./2003	19,8	22,4	15,8	28,6	19,4	22,4
2003						
Junho	20,3	22,7	17,6	30,0	19,1	23,9
Julho	19,7	23,3	17,7	28,9	19,7	23,9
Agosto	20,0	23,6	17,8	28,8	21,0	23,6
Setembro	20,6	23,0	17,8	27,9	20,9	23,7
Outubro	20,4	22,5	17,7	27,4	20,4	23,3
Novembro	19,9	21,8	17,3	26,8	19,4	23,5
Dezembro	19,1	21,4	15,9	26,0	19,2	22,8
2004						
Janeiro	19,1	21,7	15,3	26,0	20,4	19,1
Fevereiro	19,8	22,5	15,8	26,6	21,0	19,8
Março	20,6	23,1	17,2	26,7	21,3	20,6
Abril	20,7	22,9	17,7	26,7	21,1	24,7
Maiο	19,7	21,8	17,2	25,7	21,2	24,5
Junho	19,1	21,4	16,8	25,5	20,7	24,1
Jan.-Jun./2004	19,8	22,2	16,7	26,2	21,0	22,1

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.4.2

**Taxa de Desemprego por Gênero — PME**

[em %]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	9,9	13,9
2003	10,0	15,1
Jan.-Jun./2003	10,0	14,9
2003		
Junho	10,7	15,7
Julho	10,4	15,7
Agosto	10,5	16,2
Setembro	10,4	16,1
Outubro	10,5	15,9
Novembro	9,7	15,2
Dezembro	8,9	13,4
2004		
Janeiro	9,5	14,3
Fevereiro	9,3	15,3
Março	10,1	16,1
Abril	10,4	16,3
Maio	9,7	15,3
Junho	9,4	14,6
Jan.-Jun./2004	9,7	15,3

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.3

**Taxa de Desemprego por Grau de Instrução — PME**

[anos de escolaridade (em %)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
Jan.-Jun./2003	11,9	16,1	10,7
2003			
Junho	12,7	17,1	11,4
Julho	12,3	17,1	11,2
Agosto	12,6	17,8	11,3
Setembro	12,6	17,5	11,2
Outubro	12,7	18,0	10,9
Novembro	12,1	16,5	10,4
Dezembro	10,3	15,0	9,5
2004			
Janeiro	11,1	15,7	10,4
Fevereiro	11,0	16,6	10,8
Março	11,5	17,9	11,6
Abril	11,8	18,3	11,8
Maio	11,3	16,2	11,1
Junho	10,6	15,5	10,9
Jan.-Jun./2004	11,2	16,7	11,1

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.4

### Taxa de Desemprego por Faixa Etária — PME

[em %]

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,6	9,5	5,3
Jan.-Jun./2003	36,9	23,1	9,2	5,4
2003				
Junho	39,4	24,4	9,8	5,9
Julho	38,5	24,1	9,8	5,5
Agosto	40,4	24,6	10,0	5,4
Setembro	40,9	24,5	10,0	5,1
Outubro	41,8	24,2	10,0	5,7
Novembro	36,7	23,6	9,3	4,7
Dezembro	38,0	20,7	8,2	4,4
2004				
Janeiro	37,0	22,5	8,7	5,2
Fevereiro	39,2	23,5	9,0	5,1
Março	43,4	24,4	9,6	5,2
Abril	38,4	25,1	9,9	5,6
Maiο	36,8	23,4	9,3	5,4
Junho	35,2	23,1	8,9	4,8
Jan.-Jun./2004	38,3	23,7	9,2	5,2

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.6

### Taxa de Desemprego por Posição na Família — PME

[em %]

Período	Chefe	Outros
2002 <sup>a</sup>	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
Jan.-Jun./2003	7,3	16,6
2003		
Junho	7,8	17,6
Julho	7,5	17,5
Agosto	7,3	18,1
Setembro	7,3	17,9
Outubro	7,5	17,7
Novembro	6,8	16,8
Dezembro	6,3	14,9
2004		
Janeiro	6,4	16,3
Fevereiro	6,8	16,6
Março	7,1	17,8
Abril	7,4	17,9
Maio	6,9	16,9
Junho	6,4	16,4
Jan.-Jun./2004	6,8	17,0

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.7

### Composição do Desemprego por Gênero — PME

[em %]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
Jan.-Jun./2003	45,9	54,1
2003		
Junho	45,6	54,4
Julho	45,4	54,6
Agosto	44,6	55,4
Setembro	44,2	55,8
Outubro	45,0	55,0
Novembro	44,2	55,8
Dezembro	45,6	54,4
2004		
Janeiro	45,6	54,4
Fevereiro	42,9	57,1
Março	43,6	56,4
Abril	43,7	56,3
Maio	43,8	56,2
Junho	43,9	56,1
Jan.-Jun./2004	43,9	56,1

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.9

### Composição do Desemprego por Posição na Família — PME

[em %]

Período		Chefe	Outros
2002 <sup>a</sup>		29,1	70,9
2003		27,6	72,4
	Jan.-Jun./2003	28,4	71,6
2003	Junho	28,2	71,8
	Julho	27,9	72,1
	Agosto	26,4	73,6
	Setembro	26,3	73,7
	Outubro	27,0	73,0
	Novembro	26,1	74,0
	Dezembro	27,1	72,9
2004	Janeiro	25,9	74,1
	Fevereiro	26,9	73,1
	Março	26,2	73,8
	Abril	26,3	73,7
	Maiο	26,2	73,8
	Junho	25,6	74,4
	Jan.-Jun./2004	26,2	73,8

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.10

**Composição do Desemprego por Faixa Etária — PME**

[em %]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003	0,9	9,0	36,5	46,9	6,6
Jan.-Jun./2003	0,9	9,1	36,4	46,8	6,8
2003					
Junho	0,9	9,4	36,4	46,4	7,0
Julho	0,8	8,9	36,4	47,2	6,8
Agosto	0,7	9,3	36,5	47,1	6,4
Setembro	0,9	8,9	36,8	47,3	6,1
Outubro	0,5	8,8	36,3	47,6	6,9
Novembro	0,9	8,1	37,8	47,0	6,1
Dezembro	0,9	10,0	36,2	46,5	6,4
2004					
Janeiro	1,2	9,1	36,2	46,5	7,0
Fevereiro	1,0	9,4	36,4	46,6	6,6
Março	0,9	10,0	36,0	46,8	6,3
Abril	1,1	8,6	37,1	46,3	6,8
Mai	0,6	8,7	37,2	46,4	7,1
Junho	0,6	8,3	38,1	46,2	6,7
Jan.-Jun./2004	0,9	9,0	36,8	46,5	6,8

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.11

### Composição do Desemprego por Grau de Instrução — PME

[anos de escolaridade (em %)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	36,2	26,9	36,8
2003	33,2	26,9	39,9
Jan.-Jun./2003	33,5	26,6	39,8
2003			
Junho	33,5	26,4	40,1
Julho	32,8	27,0	40,3
Agosto	32,8	27,3	39,9
Setembro	33,1	26,9	40,0
Outubro	33,1	28,1	38,8
Novembro	33,3	27,1	39,6
Dezembro	32,1	27,2	40,7
2004			
Janeiro	31,7	26,2	42,2
Fevereiro	30,1	27,2	42,6
Março	29,6	27,1	43,3
Abril	29,8	27,2	43,0
Maiο	30,4	26,0	43,6
Junho	29,3	25,8	44,9
Jan.-Jun./2004	30,2	26,6	43,3

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.13

**Composição do Desemprego por Faixa de Duração — PME**

[em %]

Período	< 1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002 <sup>a</sup>	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,5	47,8	10,7	11,8	11,2
Jan.-Jun./2003	20,2	49,5	8,4	11,3	10,7
2003					
Junho	16,9	51,7	9,2	11,5	10,7
Julho	16,7	48,1	12,5	11,8	10,9
Agosto	16,3	46,5	13,8	12,3	11,2
Setembro	16,2	45,5	13,4	12,9	11,9
Outubro	15,9	44,1	15,3	12,4	12,4
Novembro	16,9	45,4	12,8	12,4	12,7
Dezembro	16,7	45,4	11,1	13,8	13,0
2004					
Janeiro	23,8	41,7	9,5	13,9	11,2
Fevereiro	19,7	46,4	8,7	13,6	11,5
Março	18,0	49,7	7,9	13,1	11,3
Abril	18,0	47,5	7,4	13,6	13,4
Maiο	18,6	45,9	8,3	13,9	13,3
Junho	18,8	46,0	8,5	13,3	13,4
Jan.-Jun./2004	19,5	46,2	8,4	13,6	12,4

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

**A5. SEGURO-DESEMPREGO**

TABELA A.5.1

**Requerentes, Segurados e Valor Médio do Benefício**

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de Habilitação	VMB <sup>a</sup>
1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83
1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69
1993	3.828.060	3.759.623	98,21	1,41
1994	4.090.975	4.039.230	98,54	1,55
1995	4.792.288	4.742.043	98,95	1,54
1996	4.397.264	4.360.917	99,17	1,56
1997	4.296.718	4.400.738	99,41	1,57
1998	4.398.302	4.357.528	99,07	1,56
1999	4.416.358	4.315.593	97,72	1,55
2000	4.260.699	4.176.004	98,01	1,50
2001	4.772.779	4.686.756	98,20	1,48
2002	4.884.001	4.803.535	98,35	1,43
2003	5.050.577	4.969.745	98,40	1,38
Média Jan.-Abr./2003	439.592	432.191	98,32	1,41
2003				
Abril	452.915	445.876	98,45	1,33
Maio	442.375	435.613	98,47	1,33
Junho	413.524	407.163	98,46	1,33
Julho	432.020	425.374	98,46	1,34
Agosto	405.938	399.859	98,50	1,35
Setembro	415.203	408.991	98,50	1,36
Outubro	374.144	368.440	98,48	1,37
Novembro	415.805	409.251	98,42	1,38
Dezembro	393.199	386.289	98,24	1,39
2004				
Janeiro	409.627	401.704	98,07	1,40
Fevereiro	382.533	375.330	98,12	1,40
Março	514.469	503.111	97,79	1,41
Abril	409.234	394.719	96,45	1,41
Média Jan.-Abr./2004	428.966	418.716	97,61	1,41

Fonte: MTE.

<sup>a</sup>Valor médio do benefício em SMR.



## A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.1A

### Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Região

[em R\$ de junho de 2004]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	984,70	1.157,35	958,78	831,53	723,06	742,23	1.010,25
2003	835,06	1.021,26	870,49	760,80	617,71	687,04	887,36
Jan.-Jun./2003	841,51	1.056,89	862,69	773,54	631,11	691,56	906,86
2003							
Junho	851,58	1.017,40	860,58	782,81	650,30	660,44	890,72
Julho	847,48	998,05	855,12	742,81	627,81	660,66	875,26
Agosto	857,41	1.015,09	889,70	736,13	616,65	702,52	888,41
Setembro	843,53	971,09	892,24	746,57	617,16	684,30	867,28
Outubro	813,89	978,25	878,81	768,45	593,95	665,48	861,48
Novembro	809,80	983,88	875,64	754,62	595,47	676,70	862,36
Dezembro	799,52	967,36	878,21	739,73	574,78	705,44	852,37
2004							
Janeiro	788,13	998,53	910,01	759,75	591,42	689,25	868,21
Fevereiro	797,11	1.017,71	872,11	750,88	566,48	695,00	872,90
Março	837,45	1.016,29	883,07	761,69	561,86	700,05	885,17
Abril	848,83	996,36	868,21	757,02	563,40	699,87	877,45
Maiο	808,10	1.016,67	838,51	740,37	557,38	676,58	871,09
Junho	809,60	1.032,20	879,00	759,70	599,00	678,70	886,60
Jan.-Jun./2004	814,87	1.012,96	875,15	754,90	573,26	689,91	876,90

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.7.1B

**Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Região**

[em R\$ de junho de 2004]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	1.006,97	1.194,53	972,70	862,09	740,54	769,94	1.039,42
2003	867,95	1.043,74	901,37	786,17	632,43	699,94	912,48
Jan.-Mai./2003	863,52	1.061,75	880,99	789,17	649,52	689,22	918,76
2003 Maio	854,14	1.024,08	866,92	790,75	652,59	675,39	896,67
Junho	856,43	1.006,33	872,29	754,61	631,36	666,63	884,10
Julho	866,65	1.023,07	897,48	747,38	624,78	697,31	896,37
Agosto	857,72	989,80	891,62	759,46	624,19	701,58	881,81
Setembro	826,93	989,45	888,85	780,58	596,91	671,22	872,06
Outubro	830,75	999,43	882,72	769,92	605,46	679,55	877,34
Novembro	855,17	1.026,18	918,46	770,75	591,85	741,15	902,19
Dezembro	1.004,08	1.181,86	1.060,04	905,50	667,01	795,70	1.042,03
2004 Janeiro	818,85	1.028,10	884,20	767,40	571,92	696,83	886,58
Fevereiro	850,23	1.026,26	903,05	783,24	570,31	709,21	898,14
Março	863,74	1.006,57	884,72	778,04	560,46	706,26	889,83
Abril	823,34	1.028,52	853,74	757,22	556,72	679,32	882,71
Maio	824,69	1.044,46	894,74	778,29	597,67	684,59	898,75
Jan.-Mai./2004	836,17	1.026,78	884,09	772,84	571,42	695,24	891,20

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período fev.-dez.

## A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.6A

### Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Posição na Ocupação

[em R\$ de junho de 2004]

Período	Setor Privado			Setor Público	Conta-Própria	Total
	Com Carteira	Sem Carteira	Total			
2002 <sup>a</sup>	987,13	613,93	890,19	1.412,20	869,73	1.004,46
2003	909,59	567,12	815,44	1.317,33	700,83	882,28
Jan.-Jun./2003	921,19	569,75	825,95	1.332,42	713,19	901,66
2003						
Junho	913,41	569,79	818,55	1.324,15	705,62	890,72
Julho	900,68	561,49	808,48	1.294,78	725,20	875,26
Agosto	920,37	589,90	828,48	1.311,40	696,88	888,41
Setembro	894,94	567,86	802,51	1.309,34	701,98	867,28
Outubro	884,59	564,82	796,28	1.303,05	674,69	861,48
Novembro	894,55	570,47	803,96	1.303,66	663,85	862,36
Dezembro	892,83	532,41	789,84	1.291,24	668,26	852,37
2004						
Janeiro	910,46	548,19	810,86	1.268,54	701,16	868,21
Fevereiro	921,65	547,13	818,96	1.269,81	689,50	872,90
Março	927,65	554,96	826,18	1.295,35	716,82	885,17
Abril	916,05	547,89	810,97	1.272,99	711,96	877,45
Maiο	908,41	579,93	814,27	1.281,85	697,90	871,09
Junho	923,60	590,50	827,60	1.283,00	687,60	886,60
Jan.-Jun./2004	917,97	561,43	818,14	1.278,59	700,82	876,90

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.7.6B

### Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Posição na Ocupação

[em R\$ de junho de 2004]

Período	Setor Privado			Setor Público	Conta-Própria	Total
	Com Carteira	Sem Carteira	Total			
2002 <sup>a</sup>	1.025,30	625,76	922,87	1.470,76	869,81	1.033,46
2003	946,00	583,39	848,76	1.364,27	701,37	907,25
Jan.-Mai./2003	937,93	582,30	843,64	1.353,88	708,06	913,52
2003						
Maio	916,73	573,86	824,08	1.323,89	710,42	896,67
Junho	904,59	569,58	815,92	1.316,38	724,63	884,10
Julho	926,82	595,31	837,14	1.317,99	694,54	896,37
Agosto	905,18	582,56	816,53	1.332,67	703,48	881,81
Setembro	889,95	575,87	805,63	1.316,41	678,69	872,06
Outubro	904,29	580,99	816,60	1.316,94	669,51	877,34
Novembro	961,93	555,51	849,47	1.365,36	682,52	902,19
Dezembro	1.169,56	629,35	1.025,60	1.636,16	722,79	1.042,03
2004						
Janeiro	934,95	554,62	833,21	1.290,99	694,53	886,58
Fevereiro	933,35	557,71	834,02	1.311,33	717,80	898,14
Março	926,19	562,56	825,31	1.285,66	713,48	889,83
Abril	916,96	586,69	824,82	1.293,40	701,76	882,71
Maio	931,84	602,15	839,31	1.302,57	693,38	898,75
Jan.-Mai./2004	928,66	572,75	831,33	1.296,79	704,19	891,20

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período fev.-dez.

## A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.7

### Salário Mínimo Real

[em R\$ de junho de 2004]

Período	SMR	Período	SMR	
Média 1991	123,35	2003	Junho	253,38
1992	128,47		Julho	253,28
1993	140,76		Agosto	252,82
1994	131,88		Setembro	250,77
1995	145,50		Outubro	249,79
1996	194,19		Novembro	248,87
1997	199,13		Dezembro	247,53
1998	207,14	2004	Janeiro	245,50
1999	209,05		Fevereiro	244,54
2000	216,21		Março	243,16
2001	235,85		Abril	242,16
2002	241,87		Maiο	261,30
2003	243,56		Junho	260,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.



## A9. INFORMALIDADE

TABELA A.9.1

### Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	20,9	21,9	18,1	19,9	23,9	22,0	21,2
2003	20,5	23,1	18,6	21,4	24,6	23,2	21,9
Jan.-Jun./2003	20,5	22,6	18,5	21,3	24,9	22,5	21,7
2003							
Junho	21,1	22,6	19,9	21,8	24,0	21,9	21,9
Julho	20,8	22,0	20,1	21,0	23,4	22,4	21,5
Agosto	20,5	23,6	18,7	21,1	24,5	21,5	22,0
Setembro	20,4	23,8	19,3	21,6	24,2	22,5	22,3
Outubro	20,6	22,9	17,9	21,6	24,8	35,2	21,8
Novembro	20,3	24,2	18,9	21,8	24,4	21,0	22,3
Dezembro	21,0	24,7	17,8	21,5	24,4	20,7	22,5
2004							
Janeiro	20,3	24,3	17,6	20,6	23,8	21,0	22,0
Fevereiro	20,5	23,9	18,1	21,1	22,6	21,5	22,0
Março	20,4	23,7	17,8	20,7	23,2	22,2	21,9
Abril	20,3	24,9	18,6	22,1	24,0	20,5	22,5
Maiο	21,1	24,7	18,5	23,3	23,9	20,5	22,8
Junho	20,9	24,7	18,7	22,0	24,4	20,8	22,6
Jan.-Jun./2004	20,6	24,4	18,2	21,6	23,6	21,1	22,3

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.9.2

### Participação dos Empregados por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	22,4	16,4	19,5	19,5	22,6	22,3	19,4
2003	22,6	17,5	19,5	19,4	24,1	22,0	20,0
Jan.-Jun./2003	22,3	17,3	18,9	19,1	23,1	21,6	19,6
2003							
Junho	22,4	18,3	19,3	19,0	23,3	21,7	20,1
Julho	22,6	18,5	19,7	18,3	24,7	21,2	20,3
Agosto	22,8	17,8	19,8	19,3	25,0	22,2	20,2
Setembro	23,3	17,7	19,8	20,1	25,1	22,7	20,4
Outubro	22,7	17,7	20,4	19,8	24,5	19,8	20,3
Novembro	22,7	17,4	20,1	20,4	25,2	24,3	20,3
Dezembro	22,9	17,8	20,3	19,7	26,0	24,1	20,5
2004							
Janeiro	23,3	18,4	19,6	19,8	26,3	23,5	20,8
Fevereiro	23,9	18,6	18,9	18,9	25,6	23,6	20,8
Março	23,8	18,9	19,5	19,6	25,5	23,4	21,0
Abril	24,1	17,8	18,7	19,2	24,6	23,9	20,5
Maiο	22,7	17,4	19,3	18,5	23,3	23,6	19,9
Junho	22,5	17,3	18,5	19,6	23,7	23,8	19,8
Jan.-Jun./2004	23,4	18,1	19,1	19,3	24,8	23,7	20,5

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

**A9. INFORMALIDADE**

TABELA A.9.3

**Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com e sem Carteira Assinada, por Região Metropolitana**

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	68,3	62,5	48,9	50,1	82,8	80,8	64,2
2003	56,6	66,3	47,0	51,1	76,0	94,5	62,0
Jan.-Mai./2003	62,4	62,5	40,4	45,3	90,6	94,0	61,1
2003							
Maio	54,8	65,8	35,3	42,4	90,0	72,7	59,7
Junho	50,7	63,7	44,6	50,9	53,2	93,5	58,8
Julho	45,8	62,8	42,3	40,4	81,0	78,0	55,7
Agosto	38,2	63,5	55,8	54,4	44,0	80,7	55,4
Setembro	33,8	66,0	48,0	43,8	49,9	73,2	54,5
Outubro	44,1	62,9	41,6	41,7	69,5	78,8	55,6
Novembro	68,0	79,6	47,1	50,9	84,4	125,3	73,2
Dezembro	87,1	84,3	82,9	104,5	76,4	134,8	85,8
2004							
Janeiro	70,3	73,0	51,0	58,4	72,7	90,6	68,6
Fevereiro	53,2	77,9	44,2	62,6	75,7	84,9	67,4
Março	53,1	75,7	46,7	65,9	73,6	66,4	64,6
Abril	44,8	61,9	37,7	63,6	84,9	88,8	56,3
Maio	50,6	60,8	40,9	57,9	69,4	64,7	54,8
Jan.-Mai./2004	54,4	69,8	44,1	61,7	75,3	79,1	62,3

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período fev.-dez.

TABELA A.9.4

### Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com Carteira Assinada e Conta Própria, por Região Metropolitana

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	20,0	10,6	-0,2	6,5	36,5	43,9	18,5
2003	35,5	31,6	5,6	15,0	59,3	61,1	34,9
Jan.-Mai./2003	35,1	26,8	3,1	14,0	69,4	61,0	32,5
2003							
Maio	28,6	25,9	-3,3	14,9	61,3	69,4	29,0
Junho	27,5	18,6	1,4	19,3	54,2	51,8	24,8
Julho	27,3	31,6	6,3	18,1	62,3	62,8	33,4
Agosto	21,1	29,2	7,4	4,7	58,5	45,3	28,7
Setembro	25,3	33,5	4,3	3,3	45,8	48,7	31,1
Outubro	30,0	38,8	-0,7	8,4	46,5	48,7	35,1
Novembro	44,5	37,5	8,8	19,2	37,8	70,2	40,9
Dezembro	74,1	55,7	23,9	36,7	59,7	100,3	61,8
2004							
Janeiro	26,7	33,8	14,2	21,2	57,0	63,9	34,6
Fevereiro	20,1	30,8	15,9	19,1	44,3	45,1	30,0
Março	17,3	32,9	4,2	25,7	34,3	53,6	29,8
Abril	34,5	26,3	1,7	16,2	61,9	41,3	30,7
Maio	34,5	33,0	10,9	14,3	61,4	34,5	34,4
Jan.-Mai./2004	26,6	31,4	9,4	19,3	51,8	47,7	31,9

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período fev.-dez.



## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Silvânia de Araujo Carvalho

### **Supervisão**

Helena Rodarte Costa Valente

### **Revisão**

Lucia Duarte Moreira

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Luiz Carlos Palhares

Míriam Nunes da Fonseca

Alejandro Augusto S. V. A. Poinho (estagiário)

### **Editoração**

Roberto das Chagas Campos

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Friques de Sousa

Daniel Teiji Garcia Kusaka (estagiário)

### **Reprografia**

Edson Soares

Brasília

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - 10º andar

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 315-5336 Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 - 14º andar

20020-010 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3804-8118 Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

**Governo Federal**

**Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão**

**Ministério do  
Trabalho e Emprego**

**ipea**